A teoria da história de Jörn Rüsen:
uma introdução

Arthur Assis

COLEÇÃO
PRIMO

Sumário

7 **Introdução**

19 **A orientação na ciência da história**
Carências e interesses
Funções

35 **A validação na ciência da história**
Perspectivas interpretativas
Métodos de pesquisa empírica

51 **A representação na ciência da história**
Formas de apresentação

65 **Referências**

Introdução

A teoria da história tem ocupado um espaço cada vez mais significativo no cenário historiográfico brasileiro. Não cabe aqui fazer um arrazoado extensivo das razões que explicam o papel de destaque que o campo tem assumido nos últimos anos, mas ao menos uma observação é indispensável: no ambiente acadêmico brasileiro, tornou-se comum empregar a expressão "teoria e filosofia da história" como uma espécie de etiqueta sinalizadora de certas formas de inovação metodológica. Já há algumas décadas, uma parte importante da pesquisa histórica e da historiografia brasileiras vem sendo orientada por paradigmas de pesquisas transdisciplinares e relativamente internacionais, tais como a história cultural, os estudos pós-coloniais e de gênero, a história ambiental, a história intelectual, a micro-história, a história da vida privada e do cotidiano, entre muitos outros. Em geral, o recurso a esses paradigmas tem sido marcado pela tentativa de refutar o modelo tradicional de pesquisa histórica e de historiografia. Este, em comparação com os novos paradigmas, é considerado não teórico ou teoricamente ingênuo. A identificação com a área "teoria e filosofia da história" constitui, nesse contexto, parte de um gesto de repúdio direcionado à historiografia tradicional, gesto com o qual – legitimamente, diga-se de passagem – se tenciona marcar a consistência e a sofisticação teóricas das novas abordagens de pesquisa.

O presente trabalho enfoca, todavia, uma outra acepção do termo "teoria da história". Pretende, através da reconstrução interpretativa de parte da obra do historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen (1938-), abordar temas centrais da teoria da história enquanto tradição de reflexão acerca da prática profissional dos historiadores. Concerne, portanto, não a referenciais teóricos concretos, mas à teoria do conhecimento e da ciência históricas. No centro da análise estão três textos publicados por Rüsen ao longo da década de 1980, que constituem a trilogia intitulada *Fundamentos de uma teoria da história* (*Grundzüge einer Historik*).[1] O objetivo do exercício de interpretação que se segue é o de oferecer suporte à compreensão da teoria da história sistematizada por Rüsen na referida trilogia. Tratar-se-á, destarte, antes da didatização e da divulgação de discussões teóricas já existentes que da produção de novos argumentos.

De início, é importante destacar que Jörn Rüsen é o mais importante expoente contemporâneo da tradição de reflexão sobre as ciências humanas associada ao nome de Johann Gustav Droysen. Por volta da metade do século 19, Droysen – que havia sido aluno do filólogo August Boeckh e do filósofo Georg Wilhelm Hegel – começou a oferecer cursos acadêmicos sobre teoria e metodologia da ciência histórica, algumas vezes sob o título de *Historik*. A teoria da história de Droysen é original por ter realizado uma síntese de três perspectivas teóricas que, até então, nunca haviam

[1] A trilogia de Rüsen é composta dos seguintes volumes: *Razão histórica: os fundamentos da ciência histórica*, 2001 (*Historische Vernunft. Grundzüge einer Historik I: Die Grundlagen der Geschichtswissenschaft*, 1983); *Reconstrução do passado: os princípios da pesquisa histórica*, 2007 (*Rekonstruktion der Vergangenheit. Grundzüge einer Historik II: Die Prinzipien der historischen Forschung*, 1986) e *História viva: formas e funções do conhecimento histórico*, 2007 (*Lebendige Geschichte. Grundzüge einer Historik III: Formen und Funktionen des historischen Wissens*, 1989). De modo a facilitar a referência a esses textos, serão utilizadas as seguintes abreviações: *RH* (para *Razão histórica*), *RP* (para *Reconstrução do passado*) e *HV* (para *História viva*).

sido interconectadas de forma sistemática: a teoria da historicidade do mundo humano – exposta exemplarmente pela filosofia da história de Hegel –, a teoria do conhecimento histórico e a teoria do método histórico. Tal síntese foi concebida por Droysen no contexto do processo de autonomização da história como disciplina acadêmica, processo este iniciado nas universidades alemãs entre o final do século 18 e a primeira metade do século 19. Em linhas gerais, Droysen visava delimitar e fundamentar a especificidade do conhecimento histórico, sobretudo em contraposição à filosofia e às ciências naturais. Ao contrário da reflexão filosófica, a historiografia é, segundo Droysen, o resultado de uma cognição empírica e não especulativa. Tal orientação empírica diverge do padrão característico das chamadas ciências naturais, uma vez que promove o conhecimento do mundo empírico sem recorrer ao procedimento da remissão de fenômenos particulares a leis gerais.

A partir da segunda metade do século 19, a posição intermediária ocupada pela ciência histórica – entre a especulação filosófica e a explicação causal das ciências naturais – levou historiadores, filósofos, filólogos e sociólogos a investigarem e ressaltarem a especificidade metodológica das ciências humanas. Droysen é o nome mais importante da primeira fase desta discussão. Ele definiu o procedimento metódico característico da ciência da história por meio da fórmula "compreensão mediante pesquisa" (*forschendes Verstehen*) (Droysen, 1977, p. 22). A palavra "pesquisa" denota uma orientação empirista, bem como um distanciamento em relação ao método da filosofia, que, de acordo com Droysen, é incapaz de conceber satisfatoriamente o mundo social real. O termo "compreensão" indica, no entanto, que o historiador aborda o mundo empírico de um modo que difere daquele dos cientistas da natureza. Para Droysen, a história lida costumeiramente com fenômenos que não se deixam entender de maneira determinista. A tarefa do historiador seria, portanto, reconstruir eventos e decifrar significados do passado, que se tornaram pouco ou nada evidentes ao olhar contemporâneo.

Droysen denomina tal tarefa "interpretação" e ressalta que nesta se desenvolve uma complexa e mútua relação entre intérprete e objetos interpretados (Assis, 2009; Caldas, 2004; Lorenz, 1997; Maclean, 1982; Muhlack, 1990).

Em sua teoria da história, Rüsen aborda o problema da ciência histórica a partir da perspectiva geral fundada por Droysen. Rüsen ressalta este vínculo no próprio título de seus livros, referindo-se à teoria da história por meio do termo *Historik* e não de expressões como *Geschichtstheorie* ou *Theorie der Geschichte*. A atualidade imediata das ideias de Droysen sobre história e historiografia é naturalmente questionável por várias razões e, sobretudo, porque a história como campo intelectual é hoje muito diferente do que era na segunda metade do século 19.[2] A forte inspiração da teoria da história de Rüsen na *Historik* de Droysen não expressa, contudo, um mero saudosismo dos tempos em que a história era, na Alemanha, a ciência humana por excelência. Na verdade, o projeto de Rüsen consiste na atualização da tradição da *Historik* ao ambiente contemporâneo das ciências humanas. Tal projeto surgiu em resposta a pelo menos duas transformações que marcaram a história da historiografia ao longo do século 20.

A primeira dessas transformações relaciona-se com a ampliação dos objetos de estudo do conhecimento histórico e com a consequente multiplicação das estratégias de pesquisa histórica. Entre 1900 e 1940, iniciou-se um processo de pluralização das teorias e métodos empregados na ciência da história. No curso desse processo, as convenções disciplinares estabelecidas no século 19 foram fortemente modificadas.[3] Desde então, o objeto preferencial dos estudos históricos deixou de ser o

[2] Quanto à atualidade da teoria da história de Droysen, cf. Hardtwig (1991); Jaeger (1994); Kohlstrunk (1980); Rüsen (2005a, 1969).

[3] Esse processo de renovação da ciência da história foi impulsionado por autores como Marc Bloch, Lucien Febvre, Carl Becker, Charles Beard, Ernst Kantorowicz, Friedrich Meinecke, Otto Hintze, Johan Huizinga, Karl Lamprecht, entre outros (cf. Raphael, 1997).

Estado e os eventos políticos associados às diferentes formações estatais. Inspirada nas nascentes ciências sociais, a historiografia passou a tematizar fenômenos como transformações econômicas, práticas culturais e estruturas sociais, ultrapassando os limites da ciência histórica tradicional. Essa pluralização dos objetos e métodos do conhecimento histórico tornou insuficiente qualquer teoria da história que se fundamentasse no pressuposto de uma unidade substantiva do chamado "método histórico" (Megill, 1994). No século 19, o Estado era considerado (implícita ou explicitamente) o protagonista da história, figurando como a garantia da continuidade do processo histórico. Correspondentemente, os métodos da ciência da história eram, acima de tudo, aqueles ligados ao estudo dos fenômenos políticos.[4]

Já há algum tempo, portanto, nada mais assegura uma unidade substantiva *a priori* nem à realidade histórica, nem ao método da ciência da história. Rüsen tenta contornar esse problema, preservando, porém, a possibilidade de uma visão de conjunto da disciplina histórica (*RH*, p. 27). Sua estratégia ancora-se na investigação e na explicitação dos princípios formais que são comuns aos estudos históricos em todas as suas variantes. A rede formada por tais princípios foi denominada por Rüsen de "matriz disciplinar da ciência histórica". Com sua matriz disciplinar, Rüsen propõe um conceito que pretende permitir a assimilação das diferenças existentes entre as correntes historiográficas contemporâneas e favorecer a percepção da identidade que lhes é comum.

[4] Uma breve consideração sobre as chamadas "ciências auxiliares" da história basta para demonstrar a primazia dos fenômenos políticos no contexto da historiografia ocidental no século 19. A cronologia, a paleografia e a diplomática, por exemplo, reúnem saberes e estratégias de conhecimento que são aplicáveis aos eventos e às experiências abordados tradicionalmente pela historiografia política. Tais ciências são, todavia, pouco úteis quando se trata de fenômenos sociais complexos, como transformações macroeconômicas ou mudanças nas representações coletivas de um dado grupo social.

No curso do século 20, uma segunda transformação importante nos estudos históricos associou-se à chamada "virada linguística". A atualização da tradição da *Historik* realizada por Rüsen reage a algumas das críticas à ideia de objetividade histórica – as quais estiveram ligadas ao surgimento e à afirmação do textualismo –, bem como à recepção de autores como Roland Barthes, Paul De Man, Hayden White e Jacques Derrida pela ciência histórica (Iggers, 1997). Todos esses autores – a contragosto ou não, denominados pós-modernos por seus adversários e intérpretes – defendem, com ênfases diversas, a tese do caráter autorreferencial da linguagem. Com isso, eles contribuíram decisivamente para a problematização geral das relações entre linguagem e realidade. No contexto específico da discussão sobre história e historiografia, tal perspectiva serviu de base, por exemplo, à crítica relativa às "ficções da representação factual" (White, 2001). Essa crítica pode ser reformulada positivamente no argumento segundo o qual o passado é somente acessível por meio de estruturas linguísticas, as quais auxiliam na construção da realidade histórica. O reconhecimento da construtividade subjacente a qualquer abordagem histórica do passado humano implicou um concomitante esboroar das fronteiras entre historiografia e literatura. Para Hayden White, a historiografia não é senão um gênero literário. Consequentemente, o conteúdo das histórias é, em última análise, antes determinado pelas estruturas de enredo características de uma cultura que por fatos dedutíveis das fontes pesquisadas pelo historiador (Barberowski, 2005).

Rüsen alude frequentemente a este debate, acolhendo, sobretudo, a ideia de que as formas narrativas desempenham um papel crucial na constituição do conhecimento histórico (De Jong, 1997). Sua teoria da história pode ser chamada de narrativista, uma vez que reconhece na narrativa o fundamento mais elementar da historiografia. No entanto, ao contrário do que usualmente ocorre entre as variantes pós-modernas do narrativismo, Rüsen enfatiza que as narrativas

históricas estabelecem com a "realidade histórica", de que pretendem dar conta, uma relação de referência diversa daquela observada em outros tipos de narrativa. Rüsen, portanto, acata o narrativismo, ressalvando que as narrativas históricas revelam uma forma de realismo distinta do realismo literário. É por isso que Rüsen – ao contrário de White – não apresenta uma mera tipologia formal dos modos narrativos da historiografia. Segundo ele, o fato de as narrativas históricas rememorarem a experiência do passado por meio de representações da continuidade temporal – as quais ao mesmo tempo sustêm a formação de identidades no presente – confere à historiografia uma característica específica. A tipologia da narrativa histórica, detentora de um lugar central na *Historik* de Rüsen, consiste numa espécie de "gramática" das funções da historiografia. Tal gramática baseia-se no pressuposto de que a história se liga essencialmente à tarefa da orientação cultural da vida humana por meio da constituição de sentido (*Sinnbildung*) (*HV*, p. 43-44; Rüsen, 1982).

Ao formular sua resposta ao desafio que o narrativismo lançou à teoria da história na segunda metade do século 20, Rüsen refunda as bases da *Historik*, removendo-a para o contexto mais geral de uma teoria da cultura que se fundamenta precisamente no conceito de "constituição de sentido". A imagem – simultaneamente descritiva e normativa – da ciência histórica com a qual ele opera enfatiza que as raízes da historiografia se situam na experiência cotidiana do viver no tempo. O conceito de "pensamento histórico" sintetiza essa relação entre tempo, história e sentido. De acordo com Rüsen, pensar historicamente é o pressuposto para a possibilidade de se conceber a cultura como uma outra dimensão do mundo natural. O procedimento através do qual se edifica, se afirma e se transforma o mundo cultural é precisamente o da constituição de sentido sobre a experiência do tempo. O pensamento histórico é, portanto, uma forma especial de efetuar tal procedimento. Segundo Rüsen, com o pensamento histórico, uma

parte da temporalidade inerente aos processos cotidianos de tomada de decisões é explicitada e trazida ao conhecimento. Para ele, esse procedimento amplia significativamente o alcance da orientação disponibilizada pela cultura ao agir e sofrer humanos.

A contribuição mais marcante da teoria da história de Rüsen consiste na descrição e explicação sistemáticas do modo específico pelo qual tanto o pensamento histórico, em geral, quanto a historiografia acadêmica, em particular, constituem sentido sobre a experiência do tempo. A síntese do modelo explicativo de Rüsen é o seu conceito de matriz disciplinar da ciência histórica.[5] A matriz disciplinar busca abranger todos os elementos essenciais presentes na produção de histórias pelos historiadores profissionais, representando uma solução conciliatória para os impasses que, nos anos 1980, marcavam o debate sobre a história e o conhecimento histórico. Ao optar por esse caminho, Rüsen tenta integrar pontos de vista bastante discordantes. Seu objetivo é tanto superar uma concepção estreita de objetividade – a qual, confiante nos métodos de pesquisa como meios infalíveis para descortinar as verdades escondidas nas fontes, sempre tende a recalcar o tema da representação histórica – quanto oferecer uma alternativa à visão radicalmente construtivista e narrativista de historiografia, que não esclarece satisfatoriamente

[5] O conceito de matriz disciplinar foi exposto por Thomas Kuhn (2000) em 1969, no posfácio da edição japonesa de *A estrutura das revoluções científicas*. Nesse texto, Kuhn avalia e responde às críticas de suas teses acerca da história e da estrutura das ciências, buscando clarificar também o conceito de paradigma, que havia sido apresentado na obra original em 1962. Uma matriz disciplinar é, de acordo com Kuhn, o conjunto dos elementos determinantes da filiação de um cientista, tanto a uma tradição científica quanto a uma comunidade acadêmica. Ele afirma que tais elementos consistem em generalizações simbólicas, crenças em modelos, valores e exemplares de pesquisa. No contexto dessa diferenciação posterior, o termo "paradigma" passou a equivaler somente a "exemplares de pesquisa", ou seja, à experiência com a resolução de problemas de pesquisa que é acumulada por uma dada ciência.

a natureza da relação entre escrita e pesquisa históricas. É esse duplo propósito que norteia Rüsen em sua definição dos cinco princípios fundamentais do conhecimento histórico-científico: carências de orientação, perspectivas diretoras da interpretação histórica da experiência do passado, métodos de pesquisa empírica, formas de apresentação e funções de orientação. Rüsen isola esses princípios da multiplicidade dos paradigmas de pesquisa histórica e historiografia, os quais, já muito antes dos anos 1980, tornavam o campo da ciência da história bastante vasto e complexo. Vale lembrar, ademais, que o conceito de matriz disciplinar proposto por Rüsen contém não apenas uma descrição objetiva dos fundamentos da ciência histórica, mas também, em certa medida, ideais normativos implícitos.

Para efeito de análise, os cinco fatores da matriz disciplinar podem ser artificialmente isolados – embora, na prática, todos estejam simultaneamente presentes em cada produto concreto da historiografia científica. É, com efeito, útil descrevê-los como uma cadeia interdependente de elementos que se tornam visíveis à luz de dois postulados existenciais: o de que os seres humanos vivem no horizonte do tempo e o de que o pensamento histórico está relacionado com a administração da experiência temporal (Rüsen, 2002a). Por agirem e sofrerem de acordo com intenções formadas a partir das representações que cultivam acerca da natureza e do mundo social, os seres humanos sempre estão diante de carências existenciais de orientação cultural. Para Rüsen, o pensamento histórico surge precisamente em resposta a essas carências.

No entanto, para que a consciência histórica entre em operação, Rüsen afirma ser necessário que tais carências se articulem a perspectivas diretoras da interpretação histórica ou a ideias, "pontos de vista supra-ordenados acerca do passado, no âmbito dos quais ele se constitui e é reconhecido como 'história'" (*RH*, p. 31-32). As ideias transformam as carências de orientação em interesses no conhecimento histórico; constituem, portanto, os critérios de coordenação do trabalho de

reconstrução do passado, da seleção, crítica e interpretação do material histórico. No esquema de Rüsen, são os métodos de pesquisa que colocam as perspectivas interpretativas em relação com os registros que dão testemunho da facticidade do passado. Tais métodos abrangem o conjunto dos exemplares e das regras acumuladas ao longo da história disciplinar. Para Rüsen, é a observância – consciente ou irrefletida – de tais regras por parte dos historiadores que assegura a existência de um padrão de qualidade aos produtos da ciência histórica.

As dimensões estética e retórica da ciência da história concentram-se basicamente no princípio que Rüsen denomina formas de apresentação. Esse princípio remete ao fato de que os conteúdos empíricos reconstruídos através da pesquisa sempre precisam ser integrados à estrutura de uma representação narrativa da continuidade temporal entre passado, presente e futuro. Rüsen admite que somente o passado representado pode ser comunicado e que essa representação está longe de meramente espelhar resultados de pesquisa. Ele ressalta que é apenas por meio de sua elaboração em narrativa que a facticidade do passado se converte em uma "história para o presente", isto é, em um produto cultural repleto de sentido (Rüsen, 2003a). Os produtos da ciência da história tornam-se, assim, aptos a desempenhar funções orientadoras, uma vez que são munidos de sentido no decurso da transformação da experiência em narrativa.

Este livro pretende, pois, reconstruir o cerne da resposta de Rüsen à questão: o que fazem os historiadores quando fazem história? Essa pergunta está longe de ser tão simples quanto aparenta. Formulá-la implica dirigir o olhar para uma infinidade de práticas intelectuais muito distintas, cuja identidade comum frequentemente deriva apenas do fato de serem realizadas por pessoas que se apresentam como membros de uma mesma comunidade acadêmica, a dos historiadores profissionais. Respondê-la, por sua vez, pressupõe assumir posições epistemológicas e normativas amiúde particulares e controversas no contexto da discussão

acadêmica. É, aliás, este o motivo que levou Rüsen a apresentar sua teoria da ciência histórica como apenas uma teoria da história, e não como a teoria da história definitiva e absoluta. Contudo, se suas reflexões não constituem a única resposta possível à questão sobre o fazer intelectual dos historiadores, elas configuram, sem dúvida, uma boa resposta. Familiarizar-se com a obra de Rüsen significa, por conseguinte, entrar em contato com uma referência privilegiada para a compreensão geral da natureza, do significado e das funções da ciência histórica.

A orientação na ciência da história

Na matriz disciplinar da ciência da história de Rüsen, o termo "orientação" relaciona-se tanto com a motivação quanto com a finalidade, tanto com o início quanto com o encerramento do pensamento histórico (*RH*, p. 35). De acordo com Rüsen, o saber produzido pela ciência da história resulta, em primeiro lugar, do estímulo gerado por carências de orientação. O conhecimento histórico representa, assim, uma resposta cultural ao desafio decorrente do fato de que os seres humanos vivem no fluxo do tempo, em meio a circunstâncias que não podem determinar por completo. Entretanto, é exatamente por surgirem sob a pressão de carências de orientação que narrativas históricas elaboradas por historiadores profissionais podem desempenhar o que Rüsen designa de funções de orientação.

Este capítulo toma como ponto de partida a diferenciação entre carências e funções de orientação, conceitos fundamentais da teoria da ciência histórica de Rüsen. Contudo, uma vez que tanto a incorporação de carências quanto o exercício de funções de orientação são processos comuns a todas as formas de pensamento histórico, a análise esporadicamente transcenderá o âmbito específico da ciência histórica. Nesses momentos, abordar-se-á o problema da orientação histórica em seus contornos mais gerais e, portanto, pré-científicos.

O fato de as carências de orientação temporal figurarem como um dos princípios constitutivos do pensamento histórico revela a importância conferida por Rüsen à questão da relevância prática das narrativas históricas. Para ele, o pensamento histórico vincula-se sempre ao horizonte de tempo que lhe é coetâneo. Benedetto Croce defendeu essa noção na célebre passagem em que afirma: "as exigências práticas que subjazem a todo juízo histórico dão a toda história o caráter de 'história contemporânea'" (Croce, 2006, p. 29). Tal fórmula comunica com precisão as consequências da ligação entre história e carências de orientação destacada por Rüsen.

Dessa forma, a ideia de que as histórias não se relacionam somente com o passado, mas também com o presente e consequentemente com o futuro, não é nenhuma novidade, nem por parte da teoria da história de Rüsen, nem da reflexão contemporânea sobre história e historiografia. Todavia, uma singularidade da teoria de Rüsen é a articulação de tal ideia ao conceito filosófico de "sentido" (*Sinn*). De acordo com Rüsen, as histórias de fato remetem ao passado dos grupos humanos, mas fazem-no, sobretudo, por estarem interessadas em extrair do passado um "sentido para o presente". Histórias têm ou constituem sentido quando, desde uma situação presente, explicitam os processos que atam o passado de um grupo humano a seu futuro. A explicitação de tal vínculo somente é possível por meio de representações da continuidade do fluxo temporal nas quais o passado rememorado se converte em referência para a construção e consolidação de identidades no presente (*RH*, p. 62-66). Segundo Rüsen, a dimensão mais significativa da orientação histórica forma-se precisamente nessa conexão íntima entre experiência do passado e identidades atuais.

O pensamento histórico, em última instância, diz respeito à elaboração e à manutenção de representações do mundo que constituem sentido para a vida humana.

Rüsen define a tarefa fundamental do pensamento histórico como sendo a da "constituição histórica de sentido" (*historische Sinnbildung*). É significativo que ele tenha usado essa expressão ao invés de "instituição de sentido" (*Sinnstiftung*). Ao optar por "constituição", Rüsen pretendeu estabelecer um distanciamento em relação ao construtivismo epistemológico implícito no termo concorrente. Para ele, não é adequado falar em "instituição de sentido" pelo pensamento histórico porque este nunca se processa independentemente da mediação exercida pela memória da experiência humana do passado. Mesmo que a memória humana seja naturalmente incapaz de recuperar os fatos tais como ocorreram, Rüsen insiste que rememorar e narrar não são atos arbitrários ou completamente carentes de objetividade. Em cada articulação da memória humana, segundo ele, sempre haverá elementos objetivos, e o discurso da instituição de sentido falha exatamente na medida em que negligencia essa circunstância basilar (*HV*, p. 77-78).

Rüsen ressalta frequentemente que, ao rememorar a experiência do passado, o pensamento histórico reconstrói uma "história para o presente" (*RH*, p. 67-70; 155). A relevância dessa fórmula no contexto geral da orientação cultural da vida humana está relacionada com o fato de que, por meio de uma narrativa histórica, o passado é sempre "despresentificado", ou seja, é apresentado como sendo ou tendo "passado". De fato, as histórias geralmente tematizam experiências passadas repletas de significado. Rüsen aborda aqui um dos mais importantes critérios de relevância aplicáveis às narrativas históricas. Em consonância com tal critério, uma história será relevante caso seu objeto seja significativo à luz das configurações socioculturais do presente.

O valor ou a significância da experiência do passado deriva, portanto, da natureza e do grau de sua conexão com o horizonte atual da vida humana. Rüsen emprega o termo "tradição" para denominar os setores da experiência atual que se mantêm em viva conexão com o passado. Valores, instituições, padrões de comportamento

social, usos e costumes relacionados com as mais diferentes dimensões da vida humana podem ser entendidos como tradições. Por outro lado, aproveitando-se de um conceito anteriormente veiculado por Droysen, Rüsen qualifica como "resíduos" (*Überreste*) os segmentos do passado que não fazem parte da tradição e que, logo, são desprovidos de significado para o presente (*RP*, p. 121).

Todavia, Rüsen também ressalta que, embora as tradições encontrem sua fonte de justificação exatamente no passado, elas tendem a não explicitar a relação entre passado e presente. Tradição é, para Rüsen, uma modalidade de orientação cultural em que o passado ainda não é abordado enquanto tal. Na temporalidade que é inerente às tradições, o passado, por assim dizer, ainda não "passou". Nesse contexto, permanece inexistente uma diferenciação qualitativa entre passado e presente. Na tradição, o passado está sempre imediatamente presente e o presente carece de historicidade. O regime de tempo predominante é, pois, o do "ontem eterno".

É somente a partir da historicização da relação humana com o tempo que passam a ser propriamente identificados como "passados" os setores da experiência que são significativos do ponto de vista do desenvolvimento do mundo histórico atual. Em outras palavras, o passado apenas deixa de estar imediatamente presente por meio de sua historicização. Rüsen argumenta que, no contexto de uma temporalidade imune à historicização, a vida presente é constantemente assombrada pela experiência do passado. Além disso, é a apropriação cognitiva do passado, por intermédio das narrativas históricas, que ocasiona a já mencionada despresentificação do passado.

Os seres humanos podem, contudo, tornar-se conscientes do vínculo indissociável entre passado e presente (e, obviamente, futuro). Isso ocorre graças a uma força cultural que, em certa medida, opõe-se à tradição: o pensamento histórico.

De acordo com Rüsen, somente o pensamento histórico pode revelar que o presente é o resultado de um trabalho cultural acumulado ao longo da cadeia das gerações humanas, consolidando o passado, no quadro geral do entendimento humano, como uma instância temporal específica. Rüsen aponta que o pensamento histórico possibilita a descoberta de segmentos do passado que, não fossem as narrativas históricas, estariam apenas inconscientemente presentes nas tradições. É possível compreender o tipo de relação com o tempo inaugurado pelo pensamento histórico recorrendo-se à alegoria de Rüsen segundo a qual, nas narrativas históricas, "fantasmas se convertem em antepassados" (Rüsen, 2003a, p. 39). Rüsen insiste que a conversão de "tradição" em "história" simbolizada por essa alegoria não indica a anulação de uma orientação cultural vinculada à interpretação da experiência do passado. A esse respeito, ele afirma que o pensamento histórico pode fornecer um tipo de orientação cultural não apenas relevante, mas também singular. Com efeito, ao desvelar o vínculo genético entre passado e presente – uma relação negligenciada pela tradição –, o pensamento histórico abre possibilidades futuras para o agir informado sobre a historicidade de suas condições de realização.

A alegoria em questão anuncia o que Rüsen qualifica como uma ampliação do potencial de orientação da vida prática. Ele parte da premissa de que o agir humano é continuamente orientado por conteúdos culturais disponibilizados pela tradição. Rüsen especifica, entretanto, que o pensamento histórico abrange um modo de relação com o passado que transcende a tradição, sendo-lhe contrário sob vários aspectos.

Rüsen interessou-se ainda por descrever teoricamente como a subjetividade agente processa a orientação cultural oferecida pelo pensamento histórico. Ele ressalta que o desejo de ultrapassar as circunstâncias empiricamente dadas no momento da ação constitui uma condição fundamental de todo agir humano. A antecipação

de resultados que o intelecto humano elabora para servir de base à ação é designada por Rüsen de "intenção". Amparando-se nas ideias do filósofo Edmund Husserl, Rüsen atesta que o agir e o sofrer humanos decorrem de um superávit de intencionalidade, o qual precisa ser devidamente filtrado pelo intelecto para que se possa agir e sofrer de maneira racional (*RH*, p. 57-60).

De acordo com Rüsen, o principal desempenho do pensamento histórico consiste em inter-relacionar intenções de futuro e experiências do passado. Aquelas precisam ser reguladas por estas, porque, caso contrário, podem conduzir a expectativas, projetos e ações absurdos (*RH*, p. 59). Nesse contexto, todavia, a experiência do passado também é afetada pelo contato com intenções de futuro. Quando um determinado aspecto da experiência é conhecido via pensamento histórico, tal aspecto perde seu vínculo imediato com a tradição. Isso ocorre porque a apreensão cognitiva da tradição desvela seu caráter histórico, desestabilizando seu conteúdo de orientação.

Conforme o argumento de Rüsen, o pensamento histórico disponibiliza um outro tipo de orientação que transcende as tradições. A especificidade da forma histórica de orientação cultural liga-se principalmente a uma forma pós-tradicional de gestão da experiência temporal da contingência. Rüsen recorda que a contingência é uma das experiências mais corriqueiras e inquietantes da vida humana (*RH*, p. 58-59; Rüsen, 2001b). Assim, o pensamento histórico surgiria como uma forma específica de orientação da subjetividade humana exatamente à medida que multiplica os recursos de administração da contingência. Quando o pensamento histórico passa a converter intelectualmente "tempo" em "sentido", ocorre uma ampliação substantiva da cultura. Uma das teses fundamentais da teoria da história de Rüsen sustenta que, em razão tanto de sua abertura para a incorporação de experiências temporais divergentes da tradição quanto de sua melhor capacidade de administração da contingência, a história e a historiografia podem levar o

agir humano a atingir um padrão de racionalidade mais abrangente do que aquele que caracteriza a tradição. Essa tese subjaz à ideia de razão histórica, evocada por Rüsen no título do primeiro volume de sua trilogia.

Todavia, nota-se uma ampliação do potencial de incorporação de carências de orientação não apenas quando se confrontam tradição e pensamento histórico, mas também quando se comparam diferentes modalidades de pensamento histórico. A partir deste ponto, Rüsen desenvolve o argumento de que a ciência da história – como a modalidade mais sofisticada do pensamento histórico – se relaciona com uma segunda ampliação do campo da cultura. Ele defende que o pensamento histórico, quando realizado cientificamente, aprimora e depura a racionalidade que já o diferencia da tradição.

Parece evidente que, para Rüsen, a ciência da história nada mais é senão um modo especial de pensamento histórico (*RH*, p. 54). Tal ciência compartilha um pressuposto fundamental com todas as demais formas de pensamento histórico: suas raízes existenciais estão fincadas na vida cotidiana dos seres humanos. Em geral, narrativas históricas somente conseguem desempenhar um papel de orientação no cenário da cultura porque a consciência histórica se encontra, ela própria, enraizada no mundo social. Assim sendo, a ciência da história como forma de pensamento histórico também está apta a desempenhar um papel de orientação cultural.

No entanto, as especificidades da ciência histórica interferem fortemente na maneira como esta exerce suas funções de orientação. Rüsen postula que a ciência da história se diferencia das demais formas de pensamento histórico precisamente por estar sob a influência direta da noção de método. A ciência da história é, portanto, um pensamento histórico metodizado. O resultado dessa metodização é o reforço sistemático das "garantias de verdade" oferecidas pelas narrativas que seguem o padrão metódico da ciência histórica.

Rüsen revela-se consciente de que todas as histórias – mesmo as narrativas ficcionais – incluem determinadas figuras de argumentação que são geradoras de confiabilidade. A ciência histórica, todavia, ofereceria garantias de verdade específicas, uma vez que emprega, como base do seu procedimento padrão, o princípio da dúvida quanto à validade de enunciados e interpretações previamente estabelecidos (*RH*, p. 98). A definição de Rüsen destaca que, na ciência da história, opera-se com um tipo de garantia de verdade que não ocorre na tradição, na literatura ou nas demais formas de pensamento histórico. Com efeito, tal especificidade resulta da entronização de um rigoroso padrão metódico, o qual regula a relação do historiador tanto com a experiência do passado quanto com os significados e normas do presente, bem como com as ideias pré-narrativas que fundamentam a união das experiências e dos significados realizada pela narrativa histórica.

Da discussão precedente pode-se formular a seguinte síntese: de acordo com Rüsen, a ciência da história como modalidade do pensamento histórico é uma instância de constituição de sentido que, à semelhança de outras formas de manifestação da consciência histórica, desempenha funções de orientação cultural. Considerando, porém, que a historiografia profissional não constitui apenas uma forma de pensamento histórico mas também uma forma de ciência, faz-se necessário constatar que ela amplia e depura os critérios de verdade característicos do pensamento histórico em geral. O efeito de tal metodização é o reforço e a ampliação do potencial de orientação da historiografia como prática cultural de rememoração do passado.

Rüsen classifica os critérios gerais de verdade típicos do pensamento histórico em três tipos distintos de pertinência: empírica, normativa e narrativa. Pertinência empírica diz respeito à propriedade da relação entre pensamento histórico e experiência do passado. Pertinência normativa refere-se à propriedade da relação entre o pensamento histórico e as normas e significados vigentes no contexto de produção e recepção de uma narrativa histórica. Pertinência narrativa, por sua

vez, relaciona-se com a plausibilidade do sentido das histórias, bem como com a propriedade da relação entre as intenções de futuro e os conteúdos da experiência do passado reconstruídos nas narrativas históricas (*RH*, p. 84-93).

Segundo Rüsen, todo pensamento histórico atualiza os critérios gerais e universais da verdade histórica. A ciência histórica, contudo, executa tal atualização de uma maneira singular, uma vez que submete as pertinências empírica, normativa e narrativa a requisitos metódicos específicos. Esses requisitos transformam significativamente a relação entre pensamento histórico e experiências, normas e ideias. Na ciência histórica, tal relação assume, respectivamente, as formas de "pesquisa histórica", "reflexão sobre o referencial" e "teorização construtiva" (*RH*, p. 101; 109; 120-121).

As novas formas de encaminhamento da relação entre pensamento histórico e experiências, normas e ideias emergem, portanto, como resultado do que Rüsen definiu como metodização. Ele argumenta que esta última provoca uma certa desestabilização no pensamento histórico, ao inviabilizar a crença ingênua na validade absoluta das narrativas históricas. A modalidade científica do pensamento histórico surge precisamente do que Rüsen conceituou como "a passagem de uma certeza insegura para uma certa insegurança". A expressão "certa insegurança" evoca a ideia de que o conhecimento histórico-científico se produz com a mediação da "dúvida metódica". Rüsen reconhece, assim, que todo conhecimento histórico é superável, tanto em termos de seu conteúdo empírico – que varia em função da descoberta de novas fontes e do surgimento de novas interpretações – quanto de seu conteúdo normativo, o qual estará sempre sujeito às transformações das normas e significados culturais (*RH*, p. 104; 113-114; 123).

A especificidade da orientação cultural propiciada pela ciência histórica deriva diretamente dessa relativização da verdade comunicada pelas narrativas históricas.

De acordo com Rüsen, ao favorecer interpretações do mundo humano sujeitas à complementação, à crítica e à superação por outras interpretações, a ciência da história amplia as oportunidades de consenso intersubjetivo e intercultural. A objetividade da ciência da história, na acepção de Rüsen, corresponde exatamente a essa abertura das interpretações históricas para a possibilidade de crítica e de refutação. Em conformidade com sua definição dos três critérios de verdade do pensamento histórico e dos três modos de pertinência da ciência da história, ele distingue ainda três aspectos do problema da objetividade histórica. Esses aspectos podem ser assim sumariados:

> a) A metodização da relação entre conhecimento histórico e experiência do passado torna a fundamentação das narrativas históricas em pesquisa histórica o imperativo básico de sua pertinência empírica. Esse imperativo se liga à "objetividade de fundamentação" (*RH*, p. 138-139);
> b) A metodização da relação entre conhecimento histórico e normas subordina a pertinência normativa das histórias à reflexão sobre o referencial que confere significado às experiências reconstruídas. Tal procedimento se liga à "objetividade de consenso" (*RH*, p. 140-142);
> c) A metodização do sentido das histórias torna a teorização construtiva o pré-requisito da pertinência narrativa. Com isso, entra em cena a "objetividade construtiva" (*RH*, p. 142-146).

Com essa tipologia, Rüsen pretende mostrar que o fato de narrativas históricas resultarem de interesses cognitivos diferentes e muitas vezes conflitantes não exclui automaticamente a possibilidade de atingir consensos culturais parciais. A tarefa honrosa da ciência da história consistiria em fornecer aos seres humanos orientações que promovessem o estabelecimento de tais consensos, e que estimulassem o reconhecimento das diferenças entre as partes em contato ou conflito

social – em vez da subtração ou sublimação de tais conflitos (*RH*, p. 177-178). Rüsen lembra que indivíduos e grupos sociais frequentemente evocam argumentos históricos para justificar suas demandas antagônicas. Ele defende a tese de que o diálogo entre diferenças culturais é positivamente estimulado quando tais argumentos levam em conta o padrão metódico característico da ciência histórica. Nesse contexto, as três esferas da objetividade são definidas como as qualidades que permitem e coordenam a assimilação subjetiva de histórias originadas das mais diferentes carências de orientação.

Funções

A mera participação das carências de orientação temporal entre os fundamentos constitutivos da ciência da história não garante, todavia, que as narrativas históricas proporcionem uma orientação eficaz. De acordo com Rüsen, na historiografia estão contidos somente "potenciais racionais". Porém, a atualização desses potenciais não diz respeito à produção, mas à recepção dos resultados da ciência da história – isto é, de narrativas fundamentadas em pesquisa histórica. Por essa razão, os reais efeitos da orientação cultural oferecida pela ciência histórica apenas são gerados no contexto de uma mediação própria entre o conhecimento histórico e seus receptores.

O modo de recepção ligado ao pleno aproveitamento dos potenciais racionais contidos nos textos dos historiadores profissionais é designado por Rüsen de "formação histórica" (*historische Bildung*) (*HV*, p. 95). Formação histórica é o conjunto de competências que uma pessoa deve possuir para que os processos subjetivos de construção, atribuição e consolidação de identidades – dos quais o agir extrai a direção de sua execução – se correspondam com o patamar de racionalidade da ciência da história.

Para Rüsen, "identidade" é o conceito que sintetiza o resultado prático mais importante do pensamento histórico. Esse conceito remete aos processos de subjetivação através dos quais os indivíduos se definem enquanto tais. Identidades são o fundamento da definição do "eu" e do "nós" – e, consequentemente, do "outro" e dos "outros". Recorrendo à representação de suas identidades, os seres humanos, nas diferentes situações da vida cotidiana, podem definir quem são, o que querem e como devem agir. Por isso, as identidades conformam a base concreta do agir e sofrer humanos. O interesse de Rüsen recai particularmente sobre a influência exercida por um determinado tipo de produto cultural, a historiografia científica, sobre os processos da subjetivação humana. Tal repercussão da ciência da história sobre os processos de construção e consolidação de identidades constitui aquilo a que se referem as funções de orientação.

As especificidades do modo de construção e de consolidação de identidades, favorecido pela ciência da história, ligam-se ao fato de que o pensamento histórico se realiza consoante os requisitos da metodização das relações com experiências, normas e ideias. Rüsen afirma que tal modo de construção de identidades implica uma racionalização da relação entre a subjetividade humana e a experiência temporal.

Rüsen indica que essa racionalização das formas de orientação cultural – a qual se consubstancia no pensamento histórico e, sobretudo, na ciência da história – pode ser claramente percebida nas situações-limite que surgem diante da ameaça de perda da identidade subjetiva. Segundo ele, é sempre possível que, durante o processo do agir, um determinado indivíduo não consiga compatibilizar – nem mesmo em um grau mínimo – aquilo que foi (experiência do passado) com aquilo que quer ser (intenção de futuro). Ocorreria, desse modo, uma perda de identidade subjetiva. Rüsen definiu o caráter dessa perda de identidade sugerindo que, em tal situação, "o futuro não mais existe *para* o sujeito do agir, mas, sobretudo, *contra* o mesmo" (Rüsen, 2001a, p. 133, grifo do autor).

Ao promover a historicização metódica do presente – mediante a explicitação dos nexos entre este e o passado –, a ciência histórica gera um contexto propício à construção e ao reforço das identidades dos seres humanos (*HV*, p. 107-108). Rüsen concebe esse impacto da ciência da história sobre os processos da subjetivação humana como um "ganho de identidade", e argumenta que os sujeitos humanos, à medida que apreendem intelectualmente a historicidade do seu mundo, adquirem conhecimento acerca das circunstâncias que norteiam seu agir e sofrer. Portanto, a ciência da história, ao ampliar os horizontes da relação entre os sujeitos e o tempo, acarretaria também uma nova forma de relação desses sujeitos consigo mesmos. Em decorrência disso, as identidades subjetivas passam a ser redefinidas de tal modo que favoreçam o reconhecimento da validade das diferentes formas de vida e prejudiquem as diretrizes excludentes de interpretação histórica (*HV*, p. 109).

O modo de construção de identidades estimulado pela racionalidade típica da ciência histórica não se estabelece, porém, como consequência automática da produção historiográfica. De acordo com Rüsen, para um aproveitamento prático dos potenciais inerentes à ciência da história, faz-se necessária uma contrapartida do receptor do conhecimento histórico. A formação histórica (*historische Bildung*) equivale precisamente a tal contrapartida. A máxima valência prática do conhecimento histórico-científico somente pode ser alcançada quando os sujeitos do pensamento histórico tenham sido formados ou educados para exercitarem essa forma de pensamento (*HV*, p. 94-95). Não é necessário analisar detidamente o conceito de formação (*Bildung*) para se constatar que ele concerne a um tipo de subjetivação que ocorre em meio a processos de aprendizagem. Segundo Rüsen, a aprendizagem histórica é um processo dúplice, que envolve tanto a aquisição de conhecimento acerca da experiência do passado quanto o desenvolvimento da competência narrativa para a realização de interpretações

históricas (Rüsen, 1994a, p. 64). Escolas, museus, monumentos, entre outros, conformam espaços institucionais especializados em fomentar a aprendizagem histórica. Rüsen ressalta, porém, que esse tipo de aprendizagem não ocorre apenas em tais locais, pois a leitura de um texto historiográfico, de um livro didático de história ou de um romance histórico também representam situações de aprendizagem histórica (*HV*, p. 91).

Rüsen advoga que a aprendizagem histórica deve ser realizada de modo a fomentar a competência narrativa necessária ao aproveitamento das potencialidades da ciência histórica. Ele tem em vista um duplo processo mental que compreende, por um lado, uma subjetivação do conhecimento objetivo acerca da experiência, e, por outro, uma objetivação da identidade do sujeito conhecedor. O conhecimento histórico é, assim, subjetivado quando é apreendido por um sujeito humano e associado a sua própria experiência. Correspondentemente, a identidade subjetiva é objetivada à medida que as representações subjetivas nas quais está baseada se nivelam com o padrão de objetividade característico da forma científica de interpretação do passado (*HV*, p. 106-108). O resultado da simultaneidade desses dois processos de aprendizagem histórica é um certo balanceamento argumentativo da tensão entre objetividade e subjetividade, tensão esta que é característica de todo pensamento histórico. Segundo Rüsen, o conjunto especial de capacidades que define a formação histórica de um indivíduo somente se pode desenvolver por meio de um ajustamento entre objetividade e subjetividade na recepção do conhecimento histórico. Esse ajustamento implica obviamente uma certa correspondência entre a interpretação subjetiva geradora de identidade e o padrão de argumentação tendente à objetividade, que é peculiar à ciência da história (*HV*, p. 119-120).

Portanto, a formação histórica permite que os sujeitos humanos relacionem suas carências de orientação com os estoques de conhecimento acumulados pela

ciência histórica. Rüsen reconhece, contudo, que o processo de elaboração do conhecimento histórico gera um certo prejuízo ao potencial de orientação que caracteriza o pensamento histórico. A pesquisa histórica é, sobretudo, o momento em que o historiador se distancia do seu contexto de orientação e se submete à pressão por especialização metódica. Rüsen assinala que o efeito mais negativo desse (indispensável) procedimento é a perda da percepção da totalidade do mundo histórico. Ele menciona ainda que a aceitação acrítica dessa tendência geral à especialização metódica amplifica o estranhamento entre as carências de orientação e os produtos cognitivos desenvolvidos a partir delas. Todavia, a formação dos destinatários das narrativas históricas funciona como um contrapeso a essa tendência. Isso ocorre porque a formação histórica torna os indivíduos aptos a integrarem os conteúdos particulares das histórias às interpretações subjetivas da totalidade histórica do mundo no qual agem e sofrem (*HV*, p. 95).

Para Rüsen, a formação histórica é a maneira mais adequada de religar o saber especializado da ciência à vida prática (*HV*, p. 120). Aqui, ele recorre a um importante conceito da moderna tradição filosófica alemã: "formação/educação" (*Bildung*) (Assmann, 1993; Bollenbeck, 1996; Vierhaus, 1979). Em conformidade com tal tradição, que remonta ao iluminismo tardio e ao idealismo dos princípios do século 19, Rüsen pressupõe uma antropologia marcada pela primazia do geral em detrimento do particular (Gadamer, 2002). É a partir desse pressuposto que Rüsen evoca a noção empírico-normativa de "humanidade", a comunidade de comunicação à qual todas as demais coletividades humanas são subjacentes (*RH*, p. 145-146). Em última análise, a formação histórica favoreceria a construção, a manutenção e a partilha de uma representação geral da identidade de todos os seres humanos enquanto tais.

Se a formação histórica tem lugar no nível subjetivo, seu correspondente coletivo é a noção de "cultura histórica". Esta representa, para Rüsen, o substrato apropriado

para maximizar os potenciais da orientação histórica da vida prática (*HV*, p. 121). A formação histórica dos indivíduos é um processo de aprendizagem essencial à dinâmica da cultura histórica. Nessa interação entre subjetividade culta e conhecimento acumulado (sob a forma de cultura histórica), ocorreria a "complementação" do trabalho especializado da ciência da história. Tal interação permitiria uma racionalização geral da orientação da vida prática. Um de seus efeitos seria a possibilidade de mitigar injustiças nas relações de poder sustentadas por argumentos históricos e de enriquecer a experiência estética efetuada sob a mediação de artefatos históricos.

Ao preparar o sujeito para uma inserção consequente na cultura histórica, a *Bildung* histórica cria condições para que decisões políticas e opções estéticas sejam racionalizadas pela força cognitiva da ciência da história. Torna-se evidente que a conexão entre ciência histórica e formação histórica dos sujeitos sociais não é estabelecida de maneira compensatória. Rüsen não acredita que o papel da *Bildung* consista em compensar os seres humanos pela cientifização da experiência do passado. Pelo contrário, ele sugere que a conexão entre ciência histórica e *Bildung* pode ser melhor concebida com o auxílio do termo "complementação". Rüsen utiliza-se, portanto, da oposição entre compensação e complementação como o pilar de sua definição de formação histórica. Entendida como uma compensação à metodização da ciência, a formação histórica se relacionaria com a ciência da história de forma superficial e opositiva. Essa abordagem do problema da formação histórica fundamenta-se na ideia de que há, no pensamento histórico, uma oposição irreconciliável entre método e sentido, entre ciência e vida cotidiana. Rüsen recorda que tal ideia se mantém fortemente associada a uma postura estritamente objetivista, a qual define a cientificidade do conhecimento histórico em termos de uma pretensa neutralidade política e valorativa (*HV*, p. 96-97; Rüsen, 2001a, p. 132).

Ao remeter-se à *Bildung*, Rüsen pretende destacar que, quando a ciência da história é religada à vida prática – para desempenhar as funções de orientação que se encontram entre seus fundamentos –, faz-se necessária uma forma especial de recepção que impeça o desvanecimento dos ganhos cognitivos produzidos pela pesquisa e interpretação científicas. Rüsen aponta constantemente que, apesar de a maior parte dos historiadores profissionais se manter em uma espécie de distância estratégica em relação ao mundo da vida prática, a ciência histórica é, em essência, parte desse mesmo mundo. É precisamente nesse ponto que se desvela a importância da formação histórica, pois somente o trabalho complementar – e não compensatório – da formação dos destinatários das histórias pode garantir a reaproximação adequada entre história e vida. Sem essa mediação, toda a relevância prática do trabalho dos historiadores se perderia no labirinto da especialização metódica.

A validação na ciência da história

De acordo com a matriz disciplinar da ciência histórica de Rüsen, o pensamento histórico produz conhecimento acerca da experiência do passado sob a influência de carências de orientação que são originárias de um dado momento presente. Por essa razão, o conhecimento histórico pode desempenhar funções de orientação relacionadas à construção de identidades, bem como à formação histórica dos destinatários das histórias. Contudo, o percurso que se estende desde a incorporação das carências até o desempenho das funções perpassa tanto a investigação empírica do material histórico quanto a construção de representações (narrativas) fundamentadas em resultados de pesquisa. O presente capítulo aborda a primeira dessas etapas.

Para Rüsen, a pesquisa histórica consiste em um conjunto de operações cuja finalidade é realizar a validação do conhecimento a ser comunicado pela historiografia. As narrativas produzidas pelos historiadores profissionais podem ser portadoras das garantias de validade exclusivas da ciência da história exatamente por estarem fundamentadas em pesquisa. O conceito de Rüsen abrange, assim, dois componentes fundamentais da matriz disciplinar da ciência da história: as perspectivas diretoras da interpretação histórica e os métodos de pesquisa empírica. Tais componentes serão apresentados e discutidos a seguir, com o intuito de esclarecer as teses de Rüsen sobre a validação na ciência histórica.

No pensamento crítico da filosofia e das ciências em geral, esquemas conceituais mediadores da assimilação da experiência sempre surgem como critérios com que a realidade – que em si mesma encerra um conjunto infinito – pode ser abordada como um objeto (finito) de conhecimento. Esses critérios também direcionam o processo cognitivo para certos aspectos do objeto selecionado, relegando outros aspectos a segundo plano. Desse modo, é possível concluir que o pensamento crítico somente resulta em conhecimento quando destaca um objeto do conjunto infinito do qual este faz parte e se detém diante de apenas algumas propriedades de tal objeto.

Em sua teoria da história, Rüsen utiliza a expressão "perspectivas diretoras da interpretação histórica" (*leitende Hinsichten auf die Vergangenheit*) para designar os esquemas conceituais mais gerais e comuns do pensamento histórico. Com tal conceito, ele aborda pontos de vista que promovem a percepção de certos dados empíricos da vida humana no passado como registros históricos. É precisamente a partir da pergunta sobre o que torna a experiência do passado uma experiência histórica que Rüsen avança na direção de uma compreensão abrangente das operações da pesquisa histórica. Para tanto, ele redefine o problema da totalidade na história, transferindo sua resolução das clássicas filosofias da história para o campo que denominou "antropologia teórico-histórica" (*theoretische historische Anthropologie*).

A antropologia teórico-histórica tem por finalidade explicitar as categorias mediante as quais "transformações no tempo" podem ser pensadas e interpretadas como "processos históricos" (*RP*, p. 65).[6] Rüsen ressalta que, em sua antropologia histórica, as

[6] Rüsen empregou o termo "antropologia teórico-histórica" para evitar confusão com a disciplina empírica da antropologia (etnologia). Ankersmit (1988) considera que seria mais apropriado falar de uma antropologia "trans-histórica", uma vez que a antropologia de Rüsen concerne a um conjunto de estruturas conceituais aplicáveis à compreensão narrativa de todo e qualquer fenômeno histórico.

ideias e representações da totalidade histórica não são identificadas fora ou além de cada história particular, mas sim dentro dela (*RP*, p. 62). O contramodelo aqui pressuposto é o das modernas filosofias da história, nas quais as representações da totalidade histórica se vinculam a uma postulação *a priori* do "sentido da história", isto é, à noção de que haveria uma espécie de plano diretor dos acontecimentos temporais, o qual se materializaria progressivamente no decurso da história da humanidade. A antropologia teórico-histórica, ao contrário, não se preocupa em revelar o sentido geral da história; concerne, antes de tudo, aos critérios que, em cada história, delimitam a dimensão especificamente histórica da experiência do tempo.

De acordo com Rüsen, fatos, eventos e experiências não são, por si só, históricos, mas podem tornar-se históricos. A esse respeito, ele retoma a fórmula de Droysen (1977, p. 69) segundo a qual "dos feitos se faz história" ("aus den Geschäften wird Geschichte"). Essa transformação de passado em história, segundo Rüsen, é regulada pelos significados, normas e valores que caracterizam um determinado grupo humano em uma dada época. Dessa forma, um olhar especificamente histórico sobre o passado somente se pode concretizar quando a experiência do passado possui ou adquire significado para o presente.[7]

---

[7] O seguinte exemplo ilustra a afirmação de que fatos não são, em si, históricos, mas tornam-se históricos mediante sua relação com contextos atuais de significado: dois artistas húngaros resolveram apresentar, em 2003, na Bienal de Artes de Veneza, uma *performance* na qual combinaram uma representação do corpo de uma mulher seminua com uma cópia do famoso busto da rainha egípcia Nefertite. A *performance* gerou protestos inesperados por parte de alguns intelectuais e políticos egípcios. Na verdade, tais protestos ilustram que o significado histórico da relíquia para os artistas húngaros, bem como para o público, era bem diverso daquele que muitos egípcios contemporâneos atribuem à estátua. Para estes, não se trata de mero resíduo de um passado longínquo, mas de uma marca de memória especialmente significativa. Tal relevância deriva, acima de tudo, do fato de muitos egípcios contemporâneos enxergarem, na reforma religiosa empreendida pelo faraó Amenhotep IV, com a ativa participação de sua esposa Nefertite, uma experiência precursora da religiosidade monoteísta e abstrata do Egito islâmico dos dias atuais.

As perspectivas diretoras da interpretação histórica são, portanto, as estruturas conceituais que orientam o olhar histórico sobre o passado, presidindo a apreensão e a ordenação da experiência. Originam-se da síntese de significados e experiências, e consequentemente asseguram que o produto final do pensamento histórico – a historiografia – seja detentor de caráter histórico. Segundo Rüsen, as perspectivas são elementos que determinam a percepção de uma certa experiência do passado como "experiência histórica". Constituem, desse modo, um componente fundamental do trabalho cognitivo do pensamento histórico. Por esse motivo, é equivocado considerá-las como meras interferências subjetivas indevidas, bem como defender que o método histórico seja capaz de anulá-las. Obviamente, as perspectivas não são encontradas pelo historiador em meio às suas fontes. Relacionam-se, no entanto, com o método da reconstrução do passado, e conduzem a escolha e a definição dos procedimentos metódicos através dos quais as informações são extraídas do material histórico (*RP*, p. 25).

As perspectivas diretoras da interpretação histórica resultam, pois, da articulação dos pressupostos teóricos do trabalho de reconstrução do passado. A antropologia histórica de Rüsen permite a definição de alguns tipos de pressupostos da ciência histórica, todos intimamente associados ao sentido de totalidade das histórias. Desses, os de maior relevância são as categorias e os conceitos históricos. Categorias são, na definição clássica da teoria do conhecimento de Kant, as ferramentas universais do entendimento, que atuam na ordenação da realidade percebida pelos sentidos e na codeterminação da cognição do mundo empírico. Rüsen aplica essa definição ao processo do conhecimento histórico, apontando a presença fundamental de um tipo específico de categoria: as categorias históricas. Categorias desse tipo são as que determinam as conexões temporais em razão das quais um dado empírico é tomado como objeto histórico (*RP*, p. 93).

São exemplos de categorias históricas listadas por Rüsen: "progresso", "retrocesso", "desenvolvimento", "individualidade", "processo", "mudança estrutural", "sistema social", "tendência", "época", "revolução" (*RP*, p. 66).

O sistema de coordenadas categoriais direciona e codetermina a apreensão e a interpretação das informações contidas nas fontes. Todavia, Rüsen adverte que, na pesquisa histórica, sempre paira a ameaça da superdeterminação do conhecimento por parte de suas categorias, isto é, o risco de que o recurso aos dados empíricos sirva como mera confirmação de teorias fortemente resistentes à refutação. Segundo Rüsen, o valor dos pressupostos teóricos da ciência histórica não deriva exclusivamente de sua perfeição lógica; quando não são permeáveis às carências de orientação originárias do presente ou às informações empíricas passíveis de serem obtidas do material histórico, tais pressupostos são inadequados para nortearem a construção de representações plausíveis acerca do passado.

Como se pode observar, Rüsen argumenta que o pensamento histórico somente pode reivindicar atualidade e validade em razão de seu enraizamento em contextos atuais da vida prática. Ao se conectar com um horizonte de experiência presente, o pensamento histórico encontra uma referência temporal real, em contato com a qual experiências do passado e intenções de futuro são definidas e valoradas. Quando isso ocorre, os pressupostos teóricos de cada pesquisa se desdobram nas perspectivas diretoras da interpretação histórica, nos fios condutores do trabalho de investigação do passado e de construção do discurso historiográfico. Perspectivas diretoras são, portanto, pré-representações do fluxo temporal, que surgem quando um sistema de categorias universais e abstratas se impregna de experiências presentes e intenções de futuro – isto é, quando um sistema de categorias se conecta a carências de orientação atuais.

Rüsen afirma que, na ciência histórica, as perspectivas diretoras da interpretação são geralmente elaboradas em teorias tanto concretizáveis quanto alteráveis por resultados de pesquisa. Teorias históricas constituiriam, portanto, o resultado da explicitação e da fundamentação de redes de categorias históricas. Essas redes, embora não sejam dedutíveis das fontes, são essenciais para a seleção e a crítica do material histórico.

Segundo Rüsen, o aspecto generalizador das teorias históricas pode induzir o falso juízo de que as mesmas teriam caráter similar ao das teorias empregadas pelas ciências da natureza. Poder-se-ia aventar, por exemplo, que a finalidade de uma teoria geral da modernização seria apresentar os diferentes processos de modernização dos diversos países do globo como casos que fortalecem ou enfraquecem o alcance de uma hipótese geral. Todavia, Rüsen argumenta que esta seria uma abordagem problemática do papel das teorias no conhecimento histórico. Ele demonstra a fragilidade de tal abordagem ao enfatizar que as teorias históricas não remetem a meros casos, mas a "casos especiais" (*RP*, p. 78-79). Tais teorias não pretendem formar a base de um conhecimento que esvazia a particularidade dos fenômenos. Ao contrário, elas são somente válidas e úteis quando estimulam o conhecimento da especificidade das conjunturas empíricas em questão. Além disso, de acordo com Rüsen, o efeito gerado pelo emprego de teorias pela ciência da história jamais consiste em uma eliminação da contingência do âmbito do pensamento histórico. Por essa razão, as perspectivas diretoras da interpretação – as quais assumem, na ciência da história, a forma de teorias mais ou menos explícitas – predispõem as narrativas históricas a destacar o caráter contingente de ações, interações e situações humanas. Para Rüsen, esse trabalho preparatório executado pelas perspectivas assegura que, na orientação a ser posteriormente oferecida pelas representações históricas do passado, levar-se-á em consideração a premissa básica de que os seres humanos

são portadores de liberdade. No entanto, Rüsen salienta que a indicação dos limites e dos condicionantes da liberdade humana é outra tarefa muito importante do pensamento histórico-científico.

Visto que, na ciência histórica, não é possível dissociar a universalidade das teorias da pretensão de esclarecer casos particulares, fazem-se necessárias a particularização e a concretização de tal universalidade por meio da remissão às informações contidas nas fontes. Esta é, segundo Rüsen, a tarefa dos "conceitos históricos", as ferramentas que efetivamente permitem a interpretação da experiência do passado à luz do seu significado para a formação do mundo atual e para os processos de construção e de consolidação de identidades (*RP*, p. 91-92).

Rüsen distingue conceitos históricos de categorias e nomes próprios tipicamente históricos, destacando o papel específico dos primeiros no que se refere à mediação concreta entre elementos universais e particulares do conhecimento histórico. Categorias históricas dizem respeito aos elementos universais que perfazem o sentido de totalidade discernível em toda história. Nomes próprios indiciam, por seu turno, a existência singular dos "objetos" do passado. São, enfim, os conceitos históricos que substanciam a conexão entre categorias e nomes próprios históricos, exercendo um trabalho de especificação em relação às primeiras e de generalização em relação aos últimos (*RP*, p. 94-95). Rüsen afirma que tal desempenho faz com que os conceitos históricos se tornem elementos decisivos para a cientificização do pensamento histórico.

O papel decisivo dos conceitos no contexto da ciência histórica torna relevante a compreensão do mecanismo que promove sua formação. Para Rüsen, tal formação decorre de uma complexa síntese de objetividade e subjetividade. Ele rechaça tanto a tese objetivista de que os conceitos históricos resultariam de uma mera assimilação da linguagem das fontes, quanto a tese subjetivista – cuja

paternidade é atribuída a Max Weber –, segundo a qual os conceitos seriam construções teóricas elaboradas a partir de um distanciamento arbitrário e absoluto em relação às fontes (Weber, 1988). Rüsen aprofunda-se, sobretudo, na crítica à teoria da formação de conceitos apresentada por Weber, acatando, porém, sua terminologia e esforçando-se por mitigar seu construtivismo. Na esteira de Weber, Rüsen define conceitos históricos como "tipos-ideais", ou seja, construções teóricas que visam à extração das informações das fontes e que não se originam destas, mas do sujeito do conhecimento. Todavia, ao contrário de Weber, Rüsen enfatiza que tais construções conceituais não decorrem de um mero exercício de criatividade subjetiva. Paralelamente, ele afirma que não se podem separar radicalmente os conceitos históricos e os conteúdos da experiência que tais conceitos devem trazer à tona.[8]

A crítica de Rüsen a essas duas teses referentes ao processo de formação dos conceitos históricos culmina ainda em um argumento positivo. Este parte do reconhecimento de que a ênfase no caráter construtivo dos conceitos históricos gera uma perspectiva plausível de análise. Ao mesmo tempo, porém, Rüsen reitera a fragilidade do construtivismo puro e simples. Por isso, pode-se afirmar que Rüsen defende a ideia de que os conceitos históricos se formam em meio a uma dialética da construtividade controlada.

[8] Rüsen considera subjetivista a posição de Max Weber, uma vez que a concepção de tipo-ideal enfatizaria apenas o caráter subjetivo do trabalho da interpretação. Segundo Rüsen, no tipo-ideal weberiano, as informações extraídas das fontes são mera matéria-prima em que se modelam as demandas por significados provenientes de um determinado contexto social atual. Rüsen sugere que Weber teria extraído uma conclusão indevida da constatação de que os conceitos são construções não encontráveis nas fontes: a de que estes são formados mediante atribuição subjetiva de sentido (*RP*, p. 98-99).

As perspectivas diretoras definem a abordagem histórica da experiência do passado, prefigurando sua interpretação e representação. Ao explicar o modelo da matriz disciplinar, todavia, Rüsen constata que a relação do pensamento histórico com a experiência, embora seja pré-direcionada por categorias e conceitos, é somente efetivada por intermédio dos métodos de pesquisa. A inter-relação metódica entre a subjetividade conhecedora e o conteúdo empírico do passado – ao qual se tem acesso através das fontes – é uma condição necessária para o conhecimento histórico-científico. Tal inter-relação viabiliza tanto a concretização das perspectivas subjetivas da interpretação quanto a historicização da experiência objetiva do passado. Essa transformação simultânea do *status* das perspectivas interpretativas e das experiências interpretadas surge por meio das operações da "pesquisa histórica". Pesquisa histórica é, de acordo com Rüsen, o momento da produção do conhecimento histórico no qual se processam as informações contidas nas fontes, de modo a induzir a concretização e a modificação das perspectivas diretoras da interpretação (*RP*, p. 101-104).

Quando se agrega essa última definição à noção, já discutida anteriormente, de que a ciência histórica se distingue por acomodar princípios de metodização, torna-se claro que Rüsen propõe um conceito bastante peculiar de método histórico. Com esse conceito, ele pretende superar a definição clássica que remonta ao final do século 19. Manuais metódicos que se tornaram consagrados nesse período (Bernheim, 1889; Langlois & Seignobos, 1909) apresentam o método histórico como o conjunto das estratégias de certificação dos enunciados contidos nas fontes históricas. Segundo essa definição, a tarefa primordial do historiador seria estabelecer a confiabilidade das informações obtidas mediante pesquisa. Numa caricatura conscientemente exagerada, pode-se afirmar que muitos partidários da

concepção clássica de método acreditavam e ainda acreditam que, uma vez feito uso apropriado das técnicas de pesquisa, seria possível resgatar o passado tal qual vivenciado pelos atores de outrora. Além disso, a capacidade de apreender a realidade do passado estaria associada a uma competência meramente técnica para realizar a crítica das fontes. Método consistiria, então, no conjunto instrumental que permite extrair a objetividade dos fatos da subjetividade das fontes, isto é, que facultaria a obtenção de um saber imediatamente correspondente à objetividade do passado vivido.

Desde a segunda metade do século 19, muitos historiadores e metodólogos das ciências humanas têm defendido argumentos metodológicos semelhantes, não raro motivados pela intenção de elevar o conhecimento histórico ao patamar de prestígio das ciências naturais. A teoria da história de Rüsen, embora dialogue com a tradição metodológica clássica, sugere um conceito de método histórico mais abrangente e epistemologicamente mais sofisticado. Segundo ele, o termo "método histórico" sintetiza as operações que permitem tanto uma abordagem empírica quanto uma historicização da experiência do passado (*RP*, p. 104-110).

Rüsen reitera que a orientação exercida pelas regras do método sobre a pesquisa histórica está longe de favorecer a produção de um conhecimento que reivindique validade absoluta ou conclusiva. Pelo contrário, o conhecimento histórico obtido metodicamente encontrar-se-ia diretamente ligado a carências de orientação, pois a crítica e a interpretação do material histórico não se dissociam de contextos significativos, normativos e valorativos atuais. Tal dependência evidencia que o conhecimento histórico-científico está constantemente investido de um caráter relacional (Martins, 2002). Assim, torna-se automaticamente menosprezível qualquer reivindicação de validade absoluta que se fundamente exclusivamente no argumento de que os historiadores fazem uso de um método científico. Ademais, Rüsen recorda que a forma de referência ao passado, característica da

ciência histórica, também está associada ao impulso para o progresso do conhecimento, e que o conhecimento produzido por essa ciência sempre está sujeito a constantes aperfeiçoamentos, renovações e refutações (*RP*, p. 119).

O conceito de método histórico desenvolvido por Rüsen pretende, na verdade, descrever integralmente os procedimentos que definem a unidade das diferentes estratégias de pesquisa presentes no cenário historiográfico contemporâneo. Rüsen tenciona abarcar a unidade do método histórico em meio à diversidade das técnicas de pesquisa. Para tanto, ele considera a pesquisa uma etapa analiticamente diferenciável em qualquer processo de elaboração de conhecimento histórico-científico. O conhecimento histórico resulta de um processo dialógico, em que narrativas históricas são produzidas como respostas a "perguntas históricas". Nesse processo, Rüsen especifica ideal-tipicamente três fases: na primeira, ocorre a configuração das perspectivas diretoras da interpretação histórica, como resultado da transposição de carências de orientação provenientes da vida prática atual para o contexto da produção de conhecimento histórico; na segunda, as perspectivas guiam o olhar do historiador em direção às fontes, de modo a permitir a extração das informações que serão integradas à interpretação histórica; na terceira fase, as informações obtidas das fontes são assimiladas à perspectiva diretora. Desse último momento decorrem a interpretação e a representação históricas (*RP*, p. 111). A pesquisa histórica corresponde à segunda fase. Nessa etapa, as perspectivas diretoras da interpretação histórica são postas em contato com os conteúdos empíricos das fontes. Com isso, as informações das fontes são respectivamente preparadas, exploradas e interpretadas. Portanto, o método histórico é o conjunto de regras abstratas que preside a preparação, a exploração e a interpretação do material das fontes.

Rüsen também diferencia os processos internos que caracterizam a pesquisa histórica, apresentando três operações processuais sucessivas e sistematicamente interligadas: heurística, crítica e interpretação. A heurística é a operação metódica

em que as perspectivas diretoras da interpretação histórica são formatadas em perguntas direcionadas à experiência do passado. Rüsen ressalta que a formatação das perspectivas em perguntas é necessária para conferir uma referência concreta aos trabalhos de reunião, seleção e classificação das fontes (*RP*, p. 118). A segunda operação processual do método histórico é a crítica, na qual se investigam os dados empíricos trazidos à tona pela heurística. A crítica histórica extrai das fontes uma rede de fatos que tem por função possibilitar o que Rüsen – tomando emprestado uma metáfora de Reinhart Koselleck – designa como "o direito de veto das fontes" sobre a interpretação (*RP*, p. 125). Esta última, por sua vez, representa o terceiro momento peculiar à pesquisa histórica. Na interpretação, organizam-se e verificam-se as informações obtidas através da crítica das fontes. Tais informações são assimiladas a uma estrutura pré-narrativa que funciona como molde para o trabalho da representação histórica (o qual, vale lembrar, não está mais sob a direção dos critérios diretores da pesquisa histórica). Para Rüsen, a interpretação sintetiza tanto as perspectivas diretoras que, na heurística, foram projetadas sobre a experiência, quanto os "fatos" do passado, averiguados através da crítica das fontes (*RP*, p. 127-128).

Rüsen diferencia ainda, no âmbito da pesquisa histórica, o que denomina "operações substantivas", destacando que estas se encontram diretamente vinculadas à já mencionada antropologia teórico-histórica. Tais operações determinam os contornos concretos da pergunta e da interpretação históricas e orientam a decisão sobre o tipo de material histórico a ser pesquisado (*RP*, p. 133-134). Por meio das operações substantivas do método, perspectivas diretoras da interpretação, teorias, categorias e conceitos históricos incrustam-se nas operações processuais (formais) da heurística, da crítica e da interpretação, garantindo que, no desempenho de suas funções de orientação, a historiografia se mantenha conectada às carências de orientação encontradas na base de todo pensamento histórico.

A regulação substantiva exercida pelo método sobre o conhecimento histórico conduz à configuração de uma síntese narrativa apta a expressar uma temporalidade propriamente histórica (*RP*, p. 115). Rüsen define duas operações substantivas do método histórico, que se relacionam com concepções de pesquisa aparentemente opostas: a hermenêutica e a analítica. A teoria do método proposta por Rüsen intenta demonstrar como essas duas estratégias de abordagem da experiência humana do tempo se complementam e como, destarte, podem reforçar o potencial de racionalidade característico da orientação cultural desempenhada pela ciência histórica.

A hermenêutica é a estratégia substantiva de reconstrução metódica do passado que Rüsen considera adequada à apreensão de experiências vivenciadas, interpretadas e valoradas pelos atores sociais do passado. Nela, a pergunta histórica dirige-se ao campo dos significados que os seres humanos de outrora atribuíram ao seu próprio mundo e a suas vidas. Na heurística hermenêutica indaga-se, portanto, quais intenções e interpretações estiveram na base do agir humano passado. Com a crítica hermenêutica obtém-se, por seu turno, a "factualidade" (*Tatsächlichkeit*) subjacente a tais intenções e interpretações (vale salientar, contudo, que Rüsen enfatiza o caráter linguístico da factualidade obtida hermeneuticamente). Na interpretação hermenêutica, as autointerpretações dos atores e participantes das situações do passado são, enfim, historicizadas (*RP*, p. 136; 140-145).

Por outro lado, Rüsen define a analítica como a concepção de pesquisa que é adaptada para a abordagem de um outro tipo de experiência temporal. Trata-se de experiências em que o tempo, ao invés de ser vivenciado como vetor da subjetividade humana, é experimentado como limite definidor das possibilidades do agir. Essa concepção diz respeito ao que Rüsen denomina "tempo natural" em contraposição ao "tempo humano", o qual já se acha imbuído de significado em

seu acontecer, sendo, por isso, objeto da hermenêutica. Conforme o já exposto, a hermenêutica é a concepção de pesquisa que busca compreender os significados atribuídos pelos seres humanos do passado a sua experiência. Em contrapartida, a analítica é a concepção que busca explicar as conexões de efeito que formam o cenário do agir humano do passado. Consequentemente, as operações analíticas da pesquisa histórica dizem respeito às circunstâncias e às condições que, embora tenham estabelecido os limites da capacidade interpretativa da subjetividade humana, lhe foram exteriores.

Segundo o esquema de Rüsen, na analítica, a pergunta conduz o olhar histórico às fontes capazes de fornecer informações acerca dos condicionantes externos do agir pretérito, como, por exemplo, relações de produção e de poder, estruturas sociais e políticas, mentalidades, entre outros. A heurística analítica faculta, desse modo, o acesso a elementos condicionantes do agir que escaparam à consciência dos atores do passado. Por isso, a crítica analítica produz uma factualidade abstrata, como a que caracteriza as estatísticas históricas. Rüsen aponta que, nesse caso, mediante a quantificação estatística, a experiência do passado se torna artificialmente isenta de conteúdo intencional e interpretativo. A factualidade analítica, contudo, embora seja obtida por meio de uma certa desqualificação das informações das fontes, também precisa ser elaborada pela interpretação analítica. Esta, segundo Rüsen, culmina em uma explicação da experiência do passado, em que se recorre a regularidades ou a generalizações análogas às teorias das ciências da natureza (*RP*, p. 145-154).

Contudo, de acordo com Rüsen, nem a analítica nem a hermenêutica, tomadas isoladamente, são modelos que definem precisamente o que está em jogo quando um historiador desenvolve a pesquisa que fundamentará sua narrativa histórica. Por um lado, uma pesquisa histórica conduzida por uma perspectiva puramente hermenêutica sublimaria o fato de que os significados do passado sempre se

encontram fortemente inter-relacionados com uma rede de condicionantes materiais e culturais que delimita as possibilidades de agir, pensar e valorar. Uma abordagem estritamente analítica, por outro lado, conduziria a uma naturalização indevida da experiência histórica, pois esta somente seria percebida como resultado da determinação imposta por condições externas ao agir. No limite, essa segunda opção implicaria negar aos seres humanos a possibilidade de conduzirem suas vidas e de modificarem seu mundo em conformidade com suas intenções e vontades – isto é, uma negação radical das condições de exercício da liberdade (*RP*, p. 154-155).

Na esteira dessas duas críticas, Rüsen engendra uma terceira concepção de pesquisa, com a qual tenta indicar uma alternativa à aparente oposição entre os métodos analítico e hermenêutico. Denominou-a, assim, "dialética", sobretudo para marcar o fato de que, na prática historiográfica, é comum a combinação de estratégias hermenêuticas e analíticas. A dialética torna-se, para ele, a operação substantiva do método histórico que sintetiza os enfoques analítico e hermenêutico.

Entretanto, o frequente uso do termo "interpretação" (*Interpretation*) – com o qual Rüsen designa a operação metódica que, no plano das operações processuais, encerra a pesquisa histórica – já sinaliza que, na teoria do método de Rüsen, a síntese entre hermenêutica e analítica é executada sob o primado da primeira. O próprio horizonte de autocompreensão que fornece a orientação prática ao agir corresponde sempre a um horizonte hermenêutico. Na realidade, a analítica não é senão um conjunto de métodos para a interpretação do mundo humano, métodos esses que se encontram, desde sempre, em um horizonte hermenêutico (*RP*, p. 158). Rüsen argumenta que a analítica inegavelmente amplia e aprofunda o conhecimento histórico; porém, isso somente é possível à medida que essa concepção de pesquisa se converte em um tipo especial de abordagem hermenêutica, capaz de esclarecer o processo de formação dos condicionantes atuais do agir e sofrer humanos (*RP*, p. 158-159).

Portanto, é apenas de maneira hermenêutica que o pensamento histórico consegue interagir com as carências de orientação que impulsionam o trabalho da pesquisa histórica. A primazia da hermenêutica compele a pesquisa histórica a se estruturar como uma espécie de diálogo, mediado pelos conteúdos empíricos das fontes, entre sujeitos humanos do passado e do presente (*RP*, p. 167). Rüsen denomina "dialética" a síntese das abordagens hermenêutica e analítica exatamente para conferir visibilidade à estrutura dialógica da pesquisa histórica.

Constantemente, observa Rüsen, narrativas históricas produzidas por historiadores profissionais conduzem a uma compreensão da experiência do passado que é mais precisa e aprofundada do que a própria autocompreensão dos sujeitos humanos do passado. Este fato atesta a produtividade do intercruzamento dialético de estratégias hermenêuticas e analíticas de pesquisa. Estratégias analíticas podem ser empregadas para aprofundar interpretações hermenêuticas, como na chamada "crítica das ideologias". Ao investigar a condicionalidade que delimitou as possibilidades do agir no passado, a analítica relativiza o papel da subjetividade no desempenho das ações. Tal procedimento pode trazer à tona novas dimensões da experiência, como, por exemplo, interesses que deixaram de ser mencionados nas autointerpretações que servem como fontes de informação ao historiador. A hermenêutica, por seu turno, também pode reforçar o conteúdo crítico das estratégias analíticas de pesquisa, ajudando-as, por exemplo, a se desfazerem de sua "inocência positivista". Este efeito pode ser auferido quando a subjetividade dos seres humanos do passado – que, na analítica, sempre permanece em segundo plano – é relacionada com a factualidade estrutural analiticamente obtida (*RP*, p. 162).

A representação na ciência da história

A matriz disciplinar de Rüsen abrange ainda um quinto fundamento da ciência da história, o qual não se refere diretamente nem à validação nem à orientação por ela oferecida. Rüsen sustenta que o processo de produção do conhecimento histórico-científico apenas se conclui quando os resultados da pesquisa são apresentados em uma narrativa histórica passível de ser lida, seguida e compreendida pelo público.[9] Paralelamente, também enfatiza que as narrativas escritas pelos historiadores profissionais consistem em muito mais do que uma mera justaposição de enunciados particulares deriváveis da crítica das fontes (Ankersmit, 1989; Topolski, 1999). Ele admite que, por um lado, a representação historiográfica é autônoma em relação à pesquisa histórica. Por outro lado, porém, insiste que os historiadores profissionais perderiam credibilidade caso decidissem simplesmente deixar de relacionar seus textos com resultados de pesquisa. As formas de apresentação histórica, na concepção de Rüsen, mantêm-se, por conseguinte, em uma situação de autonomia perante a pesquisa, não podendo, ao mesmo tempo, prescindir desta. O presente capítulo dedica-se precisamente à reconstrução dos argumentos de Rüsen no tocante à representação na ciência histórica.

---

[9] Rüsen deixa em aberto a questão acerca da existência de representações históricas não narrativas. Ele indica, contudo, que, na ciência da história, é comum a combinação de formas narrativas com outros tipos de articulação discursiva (*HV*, p. 82-83).

Formas de apresentação

A concepção de historiografia exposta por Rüsen em sua trilogia é fundamentada pela seguinte constatação: há uma importante diferença entre pesquisar a experiência do passado e apresentar um relato no qual as descobertas da pesquisa se articulam em uma história capaz de orientar a vida atual. De acordo com Rüsen, na regulação dos trabalhos da pesquisa e da escrita históricas atuam pontos de vista bastante distintos. Na pesquisa, a relação com a experiência do passado está em primeiro plano. Na historiografia, contudo, o tom predominante é dado pela relação entre o conhecimento histórico e seu público-alvo (*HV*, p. 20). Essa distinção associa-se à percepção de que há, na matriz disciplinar, uma espécie de divisão do trabalho, segundo a qual a pesquisa seria o campo de atuação de princípios metódicos, ao passo que a historiografia constituiria o momento em que princípios estéticos e retóricos entrariam em ação (*HV*, p. 22). Consequentemente, existiria uma diferença fundamental entre o contexto geral da orientação cultural e o contexto teórico da interpretação. O primeiro tanto impulsiona o pensamento histórico quanto acolhe seus resultados cognitivos; o segundo é gerado através da abstração metódica do primeiro, por meio da ação dos regulativos da pesquisa.

Durante a pesquisa, o historiador viraria as costas para o presente de modo a enfocar o passado testemunhado pelas fontes. Esse processo implica colocar as demandas culturais por orientação "entre parênteses". Com tal metáfora, Rüsen sugere que, durante a pesquisa, o conhecimento histórico se desvincula provisoriamente do contexto cultural a que está destinado a servir. A relação entre validação e orientação históricas somente é restabelecida no decurso da escrita do texto histórico. Nessa etapa, o historiador passa a transpor os resultados da pesquisa para um ambiente discursivo diverso daquele de onde advieram (*HV*, p. 39-40). O objetivo da historiografia transcenderia, então, a mera formulação de respostas

à questão da facticidade do passado. Com efeito, ao escreverem narrativas históricas, os historiadores recorrem a resultados de pesquisa. Contudo, fazem-no sob a forte influência do contexto dos significados vigentes no mundo atual. Essa circunstância produz um discurso capaz de interpelar as carências de sentido que impulsionam o realizar do pensamento histórico. O objetivo da historiografia seria, desse modo, tornar pleno de sentido o conhecimento obtido por meio de pesquisa, ou seja, conectar a factualidade do passado aos processos de atribuição e de reconhecimento de identidades que são característicos da vida social.

Nesse contexto, Rüsen emprega o termo "relevância comunicativa" para tematizar a relação entre o conhecimento histórico-científico e seu público-alvo. Histórias portadoras de relevância comunicativa apresentam uma interpretação da experiência do passado que se conecta eficazmente com um contexto atual (*HV*, p. 28-29). Uma vez que o trabalho cognitivo da pesquisa se subordina aos critérios de sentido vigentes em um determinado tempo presente, a ciência da história torna-se espaço não apenas da racionalidade metódica das ciências, mas também da racionalidade prática da vida cotidiana. Destarte, os historiadores podem produzir um saber simultaneamente metódico e prático. Contudo, Rüsen afirma que a qualidade, a eficácia, em resumo, a relevância comunicativa desse saber depende precisamente do modo como é operada a passagem da pesquisa à historiografia, ou melhor, da maneira como a trama de um texto histórico é fundamentada em resultados de pesquisa.

Rüsen diferencia dois planos inventivos, nos quais ocorre essa metamorfose da pesquisa em texto histórico: os planos estético e retórico. O plano estético da historiografia abriga elementos pré e extracognitivos que estão diretamente relacionados com a recepção do conhecimento histórico. Os conteúdos cognitivos extraídos da pesquisa histórica precisam ser elaborados esteticamente para que possam incidir sobre a disposição de conhecer e de agir dos destinatários das

histórias (*HV*, p. 31). Rüsen ressalta o caráter "poético" dessa operação, uma vez que ela culmina em um produto discursivo inédito.

É por essa razão que a fundamentação dos textos históricos em pesquisas não implica que eles correspondam ontologicamente aos eventos que narram, nem que resultem da mera justaposição de enunciados deduzidos da crítica das fontes. A esse respeito, a posição de Rüsen é, conforme já indicado, muito próxima àquela articulada por Hayden White (2001), que também destacou importantes semelhanças entre o horizonte inventivo da história e o dos chamados romances de ficção. Contudo, Rüsen distancia-se dos argumentos de White à medida que enfatiza os limites e as prerrogativas da criação estética no pensamento histórico.[10] Nesse sentido, Rüsen atualiza a antiga reflexão de Wilhelm von Humboldt, que, em 1821, em seu texto clássico sobre a tarefa do historiador, já chamava a atenção para o caráter construtivo da exposição (*Darstellung*) dos acontecimentos, ao mesmo tempo que sublinhava os limites do construtivismo na história. Segundo Humboldt, é apenas por meio da fantasia – isto é, da capacidade de inventar e ficcionalizar uma ordem de coisas que existe apenas no âmbito da

[10] Para uma crítica contundente ao narrativismo de White e de Ankersmit, cf. Lorenz (1998a; 1998b). Um dos argumentos apresentados por Lorenz é o de que o "narrativismo metafórico" desses autores transmite uma imagem deficiente do trabalho dos historiadores, uma vez que ambos desconsideram a problemática da relação entre pesquisa e escrita históricas. De acordo com Lorenz, White e Ankersmit não explicam por que normalmente os historiadores profissionais não se contentam com a constatação da singularidade e com a avaliação da força retórica e estética de uma narrativa histórica. Lorenz recorda que, não raro, a consideração de diferentes narrativas históricas sobre um determinado tema conduz a conclusões divergentes, ao debate acerca da confiabilidade das informações utilizadas e à discussão sobre a maneira mais conveniente ou plausível de interpretar tais informações. O autor conclui que essa discrepância entre as ideias de White e Ankersmit, por um lado, e a prática dos historiadores profissionais, por outro, coloca sob suspeição a validade de uma parte significativa da argumentação narrativista.

imaginação – que os historiadores podem expor o nexo causal que encadeia os eventos históricos. Ele argumenta, no entanto, que o emprego de tais procedimentos inventivos não torna as narrativas históricas simples produtos da imaginação dos historiadores. Humboldt lembra que, na história, ao contrário do que acontece na poesia e no romance, a fantasia está sempre associada à intenção de descrever e de explicar eventos e processos de fato ocorridos.[11]

Segundo Rüsen, os limites da ficcionalização na construção de representações do passado pela ciência da história residem precisamente na inevitabilidade da conexão entre historiografia e pesquisa. Mesmo admitindo-se que a historiografia "inventa", de certo modo, o passado ao representá-lo na forma discursiva de uma narrativa, não se pode afirmar que os historiadores inventam qualquer passado. Rüsen frisa que da pesquisa das fontes emergem elementos que direcionam e limitam o ato poético da construção narrativa desempenhado pelo historiador. É por essa razão que Rüsen visualiza a dimensão estética do pensamento histórico em uma íntima articulação com a dimensão cognitiva. A sofisticação da articulação entre essas duas dimensões seria um dos índices mais importantes da cientificidade de um pensamento histórico.

Paralelamente ao plano estético acima mencionado, Rüsen distingue também, na escrita da história, um plano retórico. O caráter retórico da historiografia deriva diretamente do ajustamento entre intenções comunicativas e condições de

[11] Cf. Humboldt (2001, p. 80): "Pois se a exposição feita pelo historiador só atinge a verdade do acontecimento se houver complementação e articulação do que à observação imediata se mostra incompleto e fragmentado, tal conquista só é possível ao historiador, caso ele, como o poeta, use a fantasia. Fica, porém, afastado o risco da total supressão das diferenças entre as duas áreas quando se vê que o historiador subordina a fantasia à experiência e à investigação da realidade. Subordinada, a fantasia não age livremente, razão pela qual é melhor denominá-la 'faculdade de intuição' e 'dom de estabelecer conexões'".

comunicação, realizado em todo texto histórico. Esse ajustamento é feito a partir do emprego, pelo historiador, de figuras linguísticas que são moeda corrente no ambiente comunicativo do público-alvo das histórias. No entanto, apesar de reconhecer o papel da retórica na produção e na recepção do conhecimento histórico, Rüsen distancia-se da premissa de que o texto histórico pretenderia convencer seu leitor mediante um apelo exclusivamente emocional ou estético, desvinculado de conteúdos empíricos.[12] Pelo contrário, para ele, o poder de persuasão das formas retóricas encontra-se subordinado à direção que lhes é conferida por sua relação com resultados de pesquisa. Rüsen sugere, assim, que, na ciência histórica, a dimensão cognitiva e o plano retórico da representação se mantêm fortemente inter-relacionados.

Em resumo, de acordo com Rüsen, a historiografia resulta da articulação de procedimentos estéticos e retóricos de criação. Estes não se podem privar da combinação com procedimentos de caráter cognitivo. Na ciência da história, essa combinação é efetivada sempre que a historiografia se deixa regular pelos resultados da pesquisa. É precisamente essa regulação que limita o livre exercício da criatividade na construção da representação histórica.[13]

Entretanto, apesar de reconhecer a importância central da pesquisa para a ciência histórica, Rüsen sublinha que a historiografia é uma etapa autônoma da produção do conhecimento histórico. O reconhecimento dessa autonomia é o pilar

[12] Para uma crítica contundente à concepção não referencial de retórica, cf. Ginzburg (2002).

[13] Todavia, não se pode inferir de tal afirmação que inexistam limitações à fantasia no caso das demais formas de discurso narrativo. Ricoeur (1994) lembra que, na literatura, essas limitações decorrem da orientação exercida pela tradição dos gêneros literários e pelo conjunto de textos considerados canônicos. De acordo com esse autor, gêneros e cânones literários estabelecem as regras em face das quais toda inovação seria possível.

da tipologia da constituição histórica de sentido, com a qual Rüsen finaliza sua discussão acerca do vínculo entre representação e orientação históricas. Nessa tipologia, ele define quatro formas básicas de constituição histórica de sentido (tradicional, exemplar, crítica e genética), ligando-as, por sua vez, a quatro princípios fundamentais para a orientação histórica: afirmação, regularidade, negação e transformação.

O princípio da afirmação é uma pressuposição elementar de todo pensamento e orientação históricos, bem como de todo e qualquer produto cultural. Decorre do fato de que a realização do agir humano é norteada por referências atribuidoras de sentido. Rüsen denomina "orientação" o processo pelo qual tais referências afetam a conduta dos seres humanos, destacando que a forma mais comum de orientação é comumente designada pelo termo "tradição". Para ele, tradições são redes simbólicas dentro das quais vigoram os acordos que possibilitam a vida social e a comunicação humana – como, por exemplo, as diferentes culturas e línguas. A orientação exercida pelas tradições permite que sujeitos humanos concebam e desenvolvam suas identidades em meio ao caos dos acontecimentos temporais. Rüsen aponta que uma das condições necessárias à orientação histórica é o reconhecimento de que o agir dos seres humanos do passado se realizou por intermédio da orientação de tradições.

Consequentemente, a narrativa tradicional é definida como o tipo de constituição histórica de sentido no qual se interpreta a mudança temporal, por meio da representação de uma duração que se perpetua no tempo. Rüsen ressalta que tal interpretação rememora as origens das condições atuais da vida humana, e que, por isso, o modo de construção de identidades correspondente à constituição tradicional de sentido estimula a imitação de diretrizes de comportamento ligadas às formas de vida já habituais. Nesse caso, a orientação histórica dota os sujeitos humanos de um conjunto de conteúdos a partir dos quais estes podem

racionalizar seu vínculo com comunidades já instituídas, reforçando, assim, seu poder de autoafirmação. A autoafirmação subjetiva possibilitada pela narrativa tradicional é a base sobre a qual se desenvolvem todos os demais tipos de narrativa histórica (*HV*, p. 45; 48-50).

No entanto, Rüsen salienta que as tradições não servem de modelo para a representação histórica de todas as experiências temporais. Essa insuficiência traz à tona outros tipos de constituição histórica de sentido. Um deles é o da narrativa exemplar, tipo vinculado ao princípio da regularidade. Com efeito, a narrativa exemplar permite que o potencial de orientação das tradições seja expandido mediante o procedimento da abstração. Desse procedimento resultam regras gerais da experiência histórica (exemplos), que são aplicáveis a diversas situações particulares da vida prática.

Na constituição exemplar de sentido, a lembrança da experiência do passado confirma e reforça a validade de regras práticas da experiência, que são apresentadas como gerais e supratemporais. Sublimando a experiência concreta em modelos de ação aplicáveis a diferentes contextos de decisão, a história exemplar torna abstrata a percepção da continuidade do tempo. De acordo com Rüsen, essa maneira abstrata de representar a continuidade temporal amplia o campo de referências com o qual se relacionam os processos de formação de identidades. Dessa forma, o público-leitor de uma narrativa exemplar é informado sobre experiências que não concernem necessariamente às tradições que lhe são diretamente familiares. Contudo, Rüsen destaca que essa é uma ampliação meramente quantitativa, que não altera a qualidade do tipo tradicional de orientação (*HV*, p. 45-46; 50-55).

O terceiro princípio da orientação histórica diferenciado por Rüsen, o da negação, assegura espaço para que o sujeito do conhecimento expresse sua crítica a sujeitos, acontecimentos, ideias e experiências abordadas pelas histórias.

Esse princípio permite que um sujeito histórico destaque as características que o diferenciam dos demais sujeitos. A narrativa crítica, ao mobilizar sistematicamente a negação para enfraquecer diretrizes tradicionais de pensamento, ampara a definição de identidades pela via da individualização. Com isso, essa forma de constituição de sentido acaba por fomentar a emergência de novas formas de orientação.

Para tanto, a historiografia crítica deve rememorar exatamente as experiências suscetíveis de abalar ou de contradizer as diretrizes de pensamento histórico vigentes e, destarte, as relações sociais sustentadas ou legitimadas por narrativas tradicionais. Isso conduz a um modo de lidar com a continuidade do tempo, cuja marca distintiva é a transgressão das representações usuais do fluxo temporal. Ao induzir o distanciamento em relação às formas tradicionais de interpretação do passado, a narrativa crítica proporciona, portanto, novas possibilidades de identificação. Estas constroem-se por meio da negação e da rejeição dos papéis sociais consolidados, e é por isso que, para Rüsen, a narrativa crítica amplia e reconfigura o alcance da orientação histórica. Contudo, ele faz questão de assinalar que tal forma de constituição histórica de sentido sempre depende das demais, uma vez que se estrutura sobre o princípio da negação, e que, por uma razão de ordem lógica, uma negação somente pode incidir sobre uma afirmação prévia (*HV*, p. 46; 55-58).

O último dos princípios da constituição histórica de sentido apresentados por Rüsen é o da transformação. A especificidade desse princípio reside em sua capacidade de incorporar até mesmo a mudança temporal à orientação histórica. Os outros três princípios da constituição histórica de sentido ou mantêm as transformações a distância (enfatizando a força da tradição), ou as concebem de maneira meramente abstrata (através de sua elaboração em exemplo), ou, ainda, lhes esvaziam a importância (na sequência da negação radical da validade das

orientações predominantes). O princípio da transformação forma, portanto, a base das narrativas genéticas. Esse é o único tipo de narrativa histórica que está apto para incorporar efetivamente a experiência da mudança temporal e da desestabilização das identidades subjetivas. Na constituição genética de sentido, as experiências sobre as quais incide a lembrança histórica são aquelas capazes de evidenciar as diferenças temporais entre o passado e o presente. Mediante o emprego de categorias genéticas – como desenvolvimento, progresso, evolução, mudança estrutural, entre outras –, pode-se apreender tais experiências, bem como incorporá-las a uma representação complexa e dinâmica, capaz de revelar simultaneamente a continuidade e a descontinuidade da experiência do tempo.

Portanto, o resultado prático da constituição genética de sentido é a temporalização geral da representação da experiência do passado. Isso acarreta múltiplas implicações no que diz respeito à orientação da formação das identidades subjetivas. Rüsen comenta que, quando a orientação cultural passa a incorporar temas como mudança e diferença temporal, altera-se positivamente a capacidade subjetiva de perceber e de reagir à experiência cotidiana da diferença. Uma subjetividade instruída para perceber a diferença temporal entre as experiências reconstruídas pelas histórias e as estruturas de seu próprio mundo vital tende a manter essa percepção ativa em meio às situações práticas que deflagram o desafio da diferença (cultural, social, de gênero etc.).

Rüsen apresenta ainda uma outra implicação importante da constituição genética de sentido para os processos de identificação subjetiva. Segundo ele, narrativas genéticas promovem uma temporalização radical da representação histórica e, consequentemente, das identidades estabelecidas por intermédio do pensamento histórico. Assim, os sujeitos humanos podem abandonar a crença em uma essência subjetiva rígida, que deveriam meramente defender contra a mudança do tempo e do mundo, a fim de manterem para si uma identidade estável. Ao invés disso,

no modo de identificação associado às narrativas genéticas, os sujeitos humanos passam a se enxergar como seres incompletos, cuja essência repousa precisamente sobre os processos infinitos da aprendizagem e da formação (*HV*, p. 47; 58-63).

Os quatro tipos de constituição histórica de sentido podem ser identificados em qualquer representação histórica, mostrando-se sempre envolvidos no que Rüsen designou uma "dialética da implicação mútua e da transcendência". Cada tipo implica todos os outros e é impossível que um determinado texto historiográfico não contenha aspectos – em graus e direções obviamente variáveis – que se enquadram em um deles. Além disso, na formação do discurso historiográfico, notar-se-ia ainda uma lógica da transcendência. Em conformidade com tal lógica, assinala Rüsen, o modo tradicional de constituir sentido tende a se converter em exemplar e o exemplar, em genético. O modo crítico atuaria como uma espécie de indutor da mutação de um tipo no outro (*HV*, p. 64).

Rüsen aborda, ademais, as modificações que ocorrem na dinâmica da constituição histórica de sentido quando esta se desenvolve nos moldes da ciência da história. Segundo ele, os textos escritos pelos historiadores profissionais relacionam-se não apenas com a lógica do sentido, que é inerente às narrativas de modo geral, mas também com a lógica do método, característica fundamental do pensamento científico. Tal subordinação à lógica do método torna-se evidente na representação histórica, à medida que esta elabora as garantias de validade conferidoras de credibilidade às narrativas históricas. Rüsen constata que tais garantias de validade estão associadas a três processos distintos: o aprofundamento do conteúdo empírico das histórias, a ampliação das perspectivas diretoras da interpretação e a consolidação das identidades de seus destinatários (*HV*, p. 68). Tais processos imprimem, portanto, certos direcionamentos à constituição de sentido realizada no contexto da ciência da história. Por conseguinte, ocorreriam as seguintes transformações nos tipos anteriormente apresentados:

a) O discurso historiográfico, quando regulado pelos padrões de objetividade da ciência da história, passa a cumprir uma função especial: a da crítica da tradição. O discurso histórico modulado pela ciência pode, assim, minar a aura de imutabilidade que as narrativas tradicionais conferem aos seus objetos, além de fornecer referências e inspiração para que os sujeitos humanos se liberem da pressão imposta pelas tradições. Rüsen adverte, no entanto, que a crítica científica da tradição não implica uma mera rejeição das tradições. Para ele, a historiografia profissional deve, antes de mais nada, indicar o caminho pelo qual as tradições podem ser reformadas, ajustadas e mais conscientemente cultivadas (*HV*, p. 69-71);

b) A forma discursiva típica da historiografia científica caracteriza-se ainda pela "crítica à supratemporalidade (*Überzeitlichkeit*) das regras da experiência histórica", transmitidas e reforçadas pelas narrativas exemplares. Na ciência da história, tais regras são temporalizadas, perdendo, com isso, parte de seu valor geral. A relativização da validade das regras exemplares adiciona reflexibilidade aos julgamentos dos quais resulta a convicção da adequação entre o exemplo historicamente formulado e o contexto de sua aplicação (*HV*, p. 71-72);

c) A constituição crítica de sentido ocorre na ciência da história, por sua vez, sob a forma da "crítica da crítica". Até mesmo o desempenho da crítica passa a incorporar o ponto de vista segundo o qual a posição, opinião ou representação criticada pode não estar inteiramente desprovida de razão. Isso, porém, não implicaria uma perda da capacidade de rejeitar ou de contestar aspectos da ordem atual do mundo que, a partir de uma determinada perspectiva, fossem considerados reprováveis.

Na historiografia científica, a grande novidade é tão somente a exclusão prévia dos argumentos críticos que se baseiam em uma retórica da violência e da má-vontade para com o reconhecimento da diferença (*HV*, p. 72-73);

d A constituição genética de sentido assume, na ciência da história, a forma de uma "crítica da linearidade e da unilateralidade das representações históricas do tempo". A metodização liquida qualquer possibilidade de naturalização da experiência tematizada pelas histórias, uma vez que impede que estas pressuponham a invariabilidade daquela. Com essa historicização radical da experiência, as narrativas genéticas tendem a estimular seus destinatários a cultivarem um tipo de identidade capaz de reconhecer diferenças e de lidar apropriadamente com elas (*HV*, p. 73-74).

Em suma, o pensamento histórico, ao ser racionalizado em ciência, passa a desempenhar as críticas da tradição, da generalidade das regras exemplares da experiência e da naturalização das interpretações genéticas dos processos temporais. Contudo, ao definir esse desempenho crítico da ciência da história, Rüsen aborda uma questão que perpassa toda a sua reflexão sobre história e historiografia: como o discurso historiográfico – como produto de uma racionalidade metódica e, logo, estranha à cotidianidade da vida prática – pode servir de vetor à constituição cultural de sentido, tarefa essa que normalmente recai sobre formas pré ou não críticas de simbolização e de representação do mundo?

A resposta fornecida pelo próprio Rüsen é desenvolvida com base no argumento de que a ciência da história pode ser vista como uma espécie de "equivalente à tradição" (*HV*, p. 77). Rüsen recorda que, na tradição, "sentido já é coisa e

coisa já é sentido" (*HV*, p. 76). Na tradição, portanto, uma unidade entre o objeto e sua expressão estaria sempre previamente dada. Dessa unidade resultaria algo passível de ser denominado "sentido". Rüsen afirma que essa unidade de forma e conteúdo também se manifesta no pensamento histórico-científico, estando presente já nas próprias experiências rememoradas pelas histórias. A cientificização do pensamento histórico não afeta essa característica basilar, pois estimula, ao mesmo tempo, que a representação histórica adquira sentido (por empréstimo) junto ao potencial de sentido da experiência rememorada.

Esse empréstimo de sentido é somente possível porque tanto a ciência da história, em geral, quanto a regulação metódica que lhe é característica, em particular, refletem processos meramente formais: ambas são simplesmente formas mediante as quais os conteúdos significativos do passado se expressam ao presente (*HV*, p. 76). Desse modo, a contradição muitas vezes propalada entre método e sentido é, para Rüsen, apenas aparente. Ele a desfaz ao sugerir que, muito embora o modo científico ou acadêmico de formulação de argumentos seja estranho ao mundo cotidiano, o primeiro não passa de uma forma para atingir e traduzir o conteúdo de sentido da experiência. Em última análise, a ciência da história é tão somente uma estrutura formal a serviço da constituição de sentido (*HV*, p. 75).

Contudo, Rüsen ressalta que essa subordinação da racionalidade metódica à tarefa da constituição de sentido não significa que a representação histórica simplesmente resgata do passado um potencial de sentido esquecido, o qual seria meramente reproduzido em razão das demandas do presente. Pelo contrário, o potencial de sentido da experiência do passado é sempre reelaborado, reformulado e redimensionado pelas reconstruções científicas do passado. Para Rüsen, o critério mais importante e geral a dirigir essa realização é, uma vez mais, a noção de humanidade, isto é, a ideia de uma comunidade que congrega

todos os seres humanos e que é simultaneamente experimentada e desejada por eles (*HV*, p. 78-80). É a referência a essa noção que permite ao discurso historiográfico da ciência da história preservar a vivacidade das tradições e superar, concomitantemente, os habituais particularismos destas.

Referências[14]

Livros de Jörn Rüsen

Begriffene Geschichte. Genesis und Begrundung der Geschichtstheorie J. G. Droysens. Paderborn: Schöningh, 1969.

Ästhetik und Geschichte. Geschichtstheoretische Untersuchungen zum Begründungszusammenhang von Kunst, Gesellschaft und Wissenschaft. Stuttgart: Metzler, 1976.

Für eine erneuerte Historik. Studien zur Theorie der Geschichtswissenschaft. Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1976.

Historische Vernunft. Grundzüge einer Historik I: Die Grundlagen der Geschichtswissenschaft. Göttingen: Vanderhoeck & Ruprecht, 1983.

Rekonstruktion der Vergangenheit. Grundzüge einer Historik II: Die Prinzipien der historischen Forschung. Göttingen: Vanderhoeck & Ruprecht, 1986.

Lebendige Geschichte. Grundzüge einer Historik III: Formen und Funktionen des historischen Wissens. Göttingen: Vanderhoeck & Ruprecht, 1989.

Zeit und Sinn. Strategien historischen Denkens. Frankfurt am Main: Fischer, 1990.

Geschichte des Historismus. Eine Einführung (em co-autoria com Friedrich Jaeger).

[14] Foram listados todos os livros publicados por Jörn Rüsen até a data desta publicação, excluindo-se traduções e coletâneas de textos por ele (co)organizadas. A lista dos artigos, todavia, somente é extensiva aos escritos publicados em línguas latinas. Para uma lista completa dos textos publicados por Rüsen até 1998, cf. Blanke et al. (1998). O item *Literatura Suplementar* apresenta as demais publicações referidas ao longo do livro.

München: C. H. Beck, 1992.

Konfigurationen des Historismus. Studien zur deutschen Wissenschaftskultur. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1993.

Studies in Metahistory. Pretoria: Human Sciences Research Council, 1993.

Historisches Lernen. Grundlagen und Paradigmen. Köln: Böhlau, 1994a.

Historische Orientierung. Über die Arbeit des Geschichtsbewusstseins, sich in der Zeit zurechtzufinden. Köln: Böhlau, 1994b.

Das Andere denken. Die Herausforderungen der modernen Kulturwissenschaften. Ulm: Humboldt-Studienzentrum, 2000.

Razão histórica: os fundamentos da ciência histórica. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.

Zerbrechende Zeit. Über den Sinn der Geschichte. Köln: Böhlau, 2001a.

Geschichte im Kulturprozess. Köln: Böhlau, 2002.

Kann Gestern besser werden? Essays zum Bedenken der Geschichte. Berlin: Kadmos, 2003a.

历史思考的新途径 [Li shi si kao de xin tu jing]. Xangai: Shanghai ren min chu ban she, 2005.

History. Narration, Interpretation, Orientation. New York: Berghahn, 2005.

Kultur macht Sinn. Orientierung zwischen Gestern und Morgen. Köln: Böhlau, 2006.

Reconstrução do passado: os princípios da pesquisa histórica. Tradução Asta-Rose Alcaide. Brasília: Ed. UnB, 2007.

História viva: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2007.

Historismus et Esthetique. La théorie de l'histoire comme condition première de l'histoire de l'art. *Histoire et Critique des Arts*, Paris, n. 3, p. 16-21, 1977.

Die vier Typen des historischen Erzählens. In: KOSELLECK, Reinhart et al. (Org.). *Formen der Geschichtsschreibung. Theorie der Geschichte*: Beiträge zur Historik. München: DTV, 1982. p. 514-605. Band 4.

Narratività e modernità nella storia. In: ROSSI, Pietro (Org.). *La teoria della storiografia oggi*. Milano: Il Saggiatore, 1983. p. 197-204.

Historical Narration: Foundations, Types, Reason. *History and Theory*, Middletown, v. 26, n. 4, p. 87-97, 1987.

The Didatics of History in West Germany. Towards a New Self-Awareness of Historical Studies. *History and Theory*, Middletown, v. 26, n. 3, p. 275-286, 1987.

Explicação narrativa e o problema dos construtos teóricos de narração. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, n. 3, p. 97-104, 1987.

Reflexão sobre os fundamentos e mudança de paradigma na ciência histórica da República Federal Alemã. In: NEVES, Abílio; GERTZ, Rene (Org.). *A nova historiografia alemã*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1987. p. 14-40.

Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da "nova in--transparência". *História: questões e debates*, Curitiba, v. 10, n. 18/19, p. 303-328, 1989.

Rhetoric and Aesthetics of History: Leopold Von Ranke. *History and Theory*, Middletown, v. 29, n. 2, p. 190-204, 1990.

El desarollo de la competencia narrativa en el aprendizaje historico. Una hipotesis ontogenetica relativa a la conciencia moral. *Propuesta Educativa*, Buenos Aires, v. 4, n. 7, p. 27-36, 1992.

Narratividade e objetividade nas ciências históricas. *Textos de História*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 75-102, 1996.

Some Theoretical Approaches to Intercultural Comparative Historiography. *History and Theory*, Middletown, v. 35, n. 4, p. 5-22, 1996.

Historik: Überlegungen zur metatheoretischen Selbstauslegung und Interpretation des historischen Denkens im Historismus (und außerhalb). In: KÜTLER, Wolfgang et al. (Org.). *Geschichtsdiskurs*: die Epoche der Historisierung. Frankfurt am Main: Fischer, 1997. p. 80-99. Band 3.

História entre a modernidade e a pós-modernidade. *História: questões e debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 80-101, 1997.

Explicar o holocausto – de que jeito? O livro de Daniel Goldhagen criticado à luz da teoria da história. *História: questões e debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 116-131, 1997.

La floraison des sciences historiques en Allemagne. Historiser de l'art et esthétiser l'histoire. In: POMMIER, Edouard (Org.). *Histoire de l'histoire de l'art*. Paris: Klincksieck, 1997. p. 177-194. Tome II.

Interview. In: DOMANSKA, Ewa. *Encounters*: Philosophy of History after Post-Modernism. Charlottesville: University Press of Virginia, 1998. p. 138-165.

La escritura del historiador como problema teórico de las ciencias historicas. In: PAPPE, Silvia (Org.). *Debates recientes en la teoria de la historiografia alemana*. Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana – Azcapotzalco, 2000. p. 235-263.

Origen y tarea de la historia. In: PAPPE, Silvia (Org.). *Debates recientes en la teoria de la historiografia alemana*. Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana – Azcapotzalco, 2000. p. 37-82.

Che cosa significa senso della storia? (Con acune consideranzioni sulla ragione e sul controsenso). *Discipline Filosofiche*, Bologna, v. 10, n. 1, p. 11-40, 2000.

Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 9-22, 2001b.

Making Sense of Time. Towards a Universal Typology of Conceptual Foundations of Historical Consciousness. *Historical Inquiry*, Taipei, n. 26, p. 189-205, 2002a.

¿Puede mejorar el ayer? Sobre la transformación del pasado en historia. In: LEYVA, Gustavo (Org.). *Política, Identidad y Narración*. México: Universidad Autónoma Metropolitana – Itztapalapa, 2003. p. 477-501.

How to Overcome Ethnocentrism? Approaches to a Culture of Recognition by History in the 21st Century. *History and Theory*, Middletown, v. 43, n. 4, p. 118-129, 2004.

Droysen heute. Plädoyer zum Bedenken verlorener Themen der Historik. In: NIETHAMMER, Lutz (Org.). *Droysen-Vorlesungen*. Jena: Jenaer Universitätsreden, 2005a. p. 177-200.

Egalitate, diferenta, recunoastere izvoraste din profunzimile subiectivitatii. In: FLONTA, Mircea et al. (Org.). *Religia si societatea civila*. Pitesti: Paralela, 2005. p. 13-26.

Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita*: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-137.

Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 7-16, 2006.

Lutto elaborato della storia. Idee circa un nuovo elemento del pensiero storico. *Discipline Filosofiche*, Bologna, v. 16, n. 1, p. 7-26, 2006.

Responsabilidad e irresponsabilidad en los estudios históricos. Una consideración crítica de la dimensíon ética en la labor del historiador. *Alcores: Revista de Historia Contemporánea*, Logroño, n. 1, p. 29-45, 2006.

ANCHOR, Robert. Lebendige Geschichte. Grundzüge einer Historik III. *History and Theory*, Middletown, v. 30, n. 3, p. 347-356, 1984. Resenha.

ANKERSMIT, Frank. Rekonstruktion der Vergangenheit. Grundzüge einer Historik II. *History and Theory*, Middletown, v. 27, n. 1, p. 81-94, 1988. Resenha.

CALDAS, Pedro S. P. A arquitetura da teoria: o complemento da trilogia de Jörn Rüsen. *Fênix* – Revista de História e Estudos Culturais, v. 5, n. 1, 2008.

CARR, David. History as Orientation: Rüsen on Historical Culture and Narration. *History and Theory*, Middletown, v. 45, n. 2, p. 229-243, 2006. Resenha de: RÜSEN, Jörn. Geschichte im Kulturprozeß. Köln: Böhlau, 2002.

DE JONG, Henk. Historical Orientation: Jörn Rüsen's Answer to Nietzsche and his Followers. *History and Theory*, Middletown, v. 36, n. 2, p. 270-288, 1997. Resenha de: RÜSEN, Jörn. Historische Orientierung. Köln: Böhlau, 1994.

DUVENAGE, Pieter. Introduction. In: RÜSEN, Jörn. *Studies in Metahistory*. Pretoria: Human Sciences Research Council, 1993. p. i-vii.

FREYHOFER, Horst. Historische Vernunft. Grundzüge einer Historik I. *German Studies Review*, Northfield, v. 7, n. 3, p. 559-560, 1984. Resenha.

FREYHOFER, Horst. Rekonstruktion der Vergangenheit. Grundzüge einer Historik II. *German Studies Review*, Northfield, v. 10, n. 1, p. 151-152, 1987. Resenha.

HERKLESS, J. L. Für eine erneuerte Historik. *History and Theory*, Middletown, v. 27, n. 2, p. 241-245, 1978. Resenha.

LÜTZELER, Paul M. Lebendige Geschichte. Grundzüge einer Historik III. *The German Quarterly*, Cherry Hill, v. 63, n. 1, p. 113-114, 1990. Resenha.

MARTINS, Estevão de R. Consciência histórica, práxis e cultura: a propósito da teoria da história de Jörn Rüsen. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, v. 19, n. 56, p. 59-73, 1992.

MEGILL, Allan. Jörn Rüsen's Theory of Historiography between Modernism and Rhetoric of Inquiry. *History and Theory*, Middletown, v. 33, n. 1, p. 39-60, 1994.

MUNZ, Peter. Historische Vernunft. Grundzüge einer Historik I. *History and Theory*, Middletown, v. 36, n. 2, p. 92-100, 1985. Resenha.

SCHULIN, Ernst. "Ich hoffe immer noch, daß gestern besser wird". Bemerkungen zu einem von Jörn Rüsen gewählten Motto. In: BLANKE, Horst W. et al. (Org.). *Dimensionen der Historik*: Geschichtstheorie, Wissenschaftsgeschichte und Geschichtskultur heute. Jörn Rüsen zum 60. Geburtstag. Köln: Böhlau, 1998. p. 3-12.

WIKLUND, Martin. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. *História da Historiografia*, n. 1, p. 19-44, 2008.

Literatura Suplementar

ANKERSMIT, Frank. Historiography and Postmodernism. *History and Theory*, Middletown, v. 28, n. 2, p. 137-153, 1989.

ASSIS, Arthur. Droysens Historik und die Krise der exemplarischen Geschichtstheorie. In: BLANKE, Horst W. (Org.). *Historie und Historik*. 200 Jahre Johann Gustav Droysen. Köln: Böhlau, 2009. p. 11-26.

ASSMANN, Aleida. *Arbeit am nationalen Gedächtnis*: Eine kurze Geschichte der deutschen Bildungsidee. Frankfurt am Main: Campus, 1993.

BARBEROWSKI, Jörg. *Der Sinn der Geschichte*: Geschichtstheorien von Hegel bis Foucault. München: C. H. Beck, 2005.

BERNHEIM, Ernst. *Lehrbuch der historischen Methode*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1889.

BLANKE, Horst W. et al. (Org.). *Dimensionen der Historik*: Geschichtstheorie, Wissenschaftsgeschichte und Geschichtskultur heute. Jörn Rüsen zum 60. Geburtstag. Köln: Böhlau, 1998.

BOLLENBECK, Georg. *Bildung und Kultur*: Glanz und Elend eines deutschen Deutungsmusters. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996.

CALDAS, Pedro. *Que significa pensar historicamente*: uma interpretação da teoria da história de Johann Gustav Droysen. 2004. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CROCE, Benedetto. *História como história da liberdade*. Tradução Julio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

DROYSEN, Johann G. *Historik*. Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung der Vorlesungen (1857); Grundriß der Historik in der ersten handschriftlichen (1857/58) und in den letzten gedruckten Fassung (1882). Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1977. Band 1.

GADAMER, Hans G. *Verdade e método*: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força*: história, retórica, prova. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HARDTWIG, Wolfgang. Geschichtsreligion – Wissenschaft als Arbeit – Objektivität. Der Historismus in neuer Sicht. *Historische Zeitschrift*, München, n. 252, p. 1-32, 1991.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador (1821). Tradução Pedro Spinola Pereira Caldas. *Anima*: história, teoria e cultura, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 79-89, 2001.

IGGERS, Georg. *Historiography in the Twentieth Century*. From Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge. Middletown: Wesleyan University Press, 1997.

JAEGER, Friedrich. *Bürgerliche Modernisierungskrise und historische Sinnbildung*: Kulturgeschichte bei Droysen, Burckhardt und Max Weber. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1994.

KOHLSTRUNK, Irene. *Logik und Historie in Droysens Geschichtstheorie*: Eine Analyse von Genese und Konstitutionsprinzipien seiner Historik. Wiesbaden: Franz Steiner, 1980.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LANGLOIS, Charles V.; SEIGNOBOS, Charles. *Introduction to the study of history*. Tradução G. G. Berry. New York: Henry Holt and Co., 1909.

LORENZ, Chris. *Konstruktion der Vergangenheit*: Eine Einführung in die Geschichtstheorie. Köln: Böhlau, 1997.

LORENZ, Chris. Can Histories be True? Narrativism, Positivism and the "Metaphorical Turn". *History and Theory*, Middletown, v. 37, n. 3, p. 309-329, 1998a.

LORENZ, Chris. Postmoderne Herausforderungen an die Gesellschaftsgeschichte? *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen, n. 24, p. 617-632, 1998b.

MARTINS, Estevão de Rezende. O caráter relacional do conhecimento histórico. In: COSTA, Cléria (Org.). *Um passeio com Clio*. Brasília: Paralelo 15, 2002. p. 11-25.

MACLEAN, Michael. Johann Gustav Droysen and the Development of Historical Hermeneutics. *History and Theory*, Middletown, v. 21, n. 3, p. 347-365, 1982.

MUHLACK, Ulrich. Johann Gustav Droysen: Historik et Hermeneutique. In: LAKS, André; NESCHKE, Ada (Org.). *La naissance du paradigme herméneutique. Schleiermacher, Humboldt, Boeckh, Droysen*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1990. p. 359-380.

RAPHAEL, Lutz. Die 'Neue Geschichte'. Umbrüche und Neue Wege der Geschichtsschreibung in internationaler Perspektive (1880-1940). In: KÜTTLER, Wolfgang et al. (Org.). *Geschichtsdiskurs*: Krisenbewußtsein, Katastrophenerfahrungen und Innovationen (1880-1945). Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1997. p. 51-89. Band 4.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução Constança M. César. Campinas: Papirus, 1994. Tomo I.

TOPOLSKI, Jerzy. The Role of Logic and Aesthetics in Constructing Narrative Wholes in Historiography. *History and Theory*, Middletown, v. 38, n. 2, p. 198-210, 1999.

VIERHAUS, Rudolf. Bildung. In: BRUNNER, Otto et al. (Org.). *Geschichtliche Grundbegriffe*: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland. Stuttgart: Klett-Cotta, 1979. p. 508-551. Band 1.

WEBER, Max. *Ensaios de sociologia*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WEBER, Max. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (Ed. Johannes Winckelmann). Tübingen: J. C. B. Mohr, 1988.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tomás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira, 1997.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução Alipio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 2001.

© Arthur Assis, 2010
Direitos reservados para esta edição:
Editora UFG

Revisão
Gisele Dionísio da Silva
Estagiária
Ana Flávia Silva Amorim

Projeto gráfico da coleção e capa
André Barcellos Carlos de Souza
Hugo Assunção

Produção gráfica
Hugo Assunção

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Henrique Bezerra de Araújo)

A844t Assis, Arthur
A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução /
Arthur Assis. – Goiânia : Editora UFG, 2010.

80p. (Coleção Prumo; 2)
ISBN: 978-85-7274-312-9

1.Teoria – História. 2. Jörn Rüsen. 3.Título. I.

CDU 930.1